



Assembleia Municipal

## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2009

### Acta n.º 32

Ao trigésimo dia do mês de Junho do ano de dois mil e nove, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:45 horas, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezoito de Junho e Aditamento de vinte e cinco de Junho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Aprovação das actas das sessões de 25/11/2008, 18/12/2008 e 26/02/2009; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da alteração por adaptação e rectificação do Plano de Pormenor do Porto de Recreio de Albufeira, nos termos do Art.79º do RJIGT; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da cedência de uma parcela de terreno com 32.512 m<sup>2</sup>, na Quinta do Gamito, freguesia e município de Albufeira, propriedade de Construções Lagarça Lda., como compensação do não pagamento do valor relativo a 89% do custo de construção de uma célula no reservatório da Mosqueira, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do projecto de Regulamento do Cartão Sénior Municipal, nos termos da alínea a) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO SEXTO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do projecto de Regulamento do Albufeira Voluntária do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO SETIMO:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, do concurso público para fornecimento de equipamento de iluminação de Natal em regime de aluguer, nos termos da alínea q) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO OITAVO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Pedido de Empréstimo para investimento, até ao montante de € 5.000.000,00, nos termos da alínea b) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

ADITAMENTO: -----  
**PONTO NONO:** Apreciação e deliberação, sob o pedido de suspensão de mandato do Membro da Assembleia Pedro Manuel Trovão Ferro, pelo período de três meses. -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

**PRESENCAS:** -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Ana Cristina dos Santos Vieira, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Ana Luísa Sousa Simões, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Sílvia Duarte Correia da Rosa, Euridice Eugénia Mendes Vieira, Maria Eugénia Xufre Baptista, João Alexandre Sequeira Jorge Silva, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório (21:50h), da Guia, José Cabrita, de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro e Tesoureiro da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, José Manuel Guerreiro Gonçalves. -----

Registou-se ainda, a presença do Vice-Presidente da Câmara, o Vereador José Rolo, em substituição do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, Marlene Silva e Carlos Quintino, e em regime de não permanência, o Vereador Fernando Anastácio (22:05h). -----

**FALTAS:** Vítor José Cabrita Neto, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Pedro Manuel Trovão Ferro, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro. -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Vítor Neto, Nelson António de Melo (membro suplente), Miguel Mesquita, José Manuel Guerreiro Vila Nova (membro suplente), Pedro Ferro, Ana Pífarro, Maria Perpétua das Neves Silva Felgueiras Ramos (membro suplente), foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, os membros, Ana Cristina dos Santos Vieira, Ana Luísa Sousa Simões, Euridice Eugénia Mendes Vieira e João Alexandre Sequeira Jorge Silva. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com o período de destinado ao público. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Carlos Ventura - Sinto-me aqui isolado, na minha perspectiva de tentar resolver algo. O Presidente da Assembleia já localizou o meu dossier, ao qual agradeço aqui na própria Assembleia. Eu penso que sou, como hei-de explicar, um revoltado permanente. Apresenta a sua intervenção (doc.1). -----

25/05/2012 DA GEOGRAFIA RECRIANDO AS PALAVRAS DO  
 ENTÃO DA PALAVRA/ NÃO AO DESLÍO DOS SENTIDOS NA  
 SOMBRA DA SOMBRA DO VENTO DO VENTRE DEITO DO AZUL  
 DO PEU/ RECRIAR A DUSADIA DUSAR FAZAR PENSAR  
 DA TEORIA DA TERRA DO ODOOR DA DOR DO PEITO ABA-  
 TO DO POETA/ RECRIANDO A SENTENÇA DO FORNENTO  
 DA ARVORE DA LIDA/, É FÁCIL DEITAR AO LIXO QUEM  
 ENBORDOU OS PARAISOS FISCAIS DOS OXORES DAS IZ-  
 HAS DOS VACTOS DOS IATFC CARROS DE LUXO NOS SÍTOS  
 DE PROLÍZEGIO ADEQUERIDOS PELO SANGUE O SUOR DO FA-  
 MULO/ A SUA CIVILIZAÇÃO HUMIZHADA DOS MIZHARES DE  
 MIZHOES DE FUDOS DO BAN, A FAIALENSE/ AOS EQUIPA-  
 HEMOS DE SUBSTITUIÇÃO/ QUEM SOBRA E CANDIDATO SOB-  
 TITUIDO DAS NAQUINAS SUSTIFICADAS POR CRESCIMENTO DA  
 PRODUTIVIDADE VAZANDO AS CAIXAS DIVERSAS SOCIAL  
 ONDE SE ENCONTRA A MENSAGEM DO EQUILIBRIO/ ONDE SE  
 ENCONTRA A REALIDADE DO EPICENTRO RESPECTO DA  
 PLANETA DA HUMANIDADE NO SENCO DOS SENTIDOS  
 QUE SOCIEDADE PRETENDIDA NUMA SOCIEDADE DE ZUMBIES  
 DE CABEÇA DEITADA NA AREIA ESPERANDO A SUA PRO-  
 PRIA OPORTUNIDADE DE UMA SOCIEDADE INDIVIDUALISTA  
 NA PROCUA DO PROFIT DE GANÂNCIA INDIVIDUAL REPI-  
 DO BEBENDO O SANGUE A ESPRAVATURA DA DOR/ DER-  
 RETENDO O SENTIDO DO EQUILIBRIO DA PLANETA HADAS  
 TA DA HUMANIDADE/. CITO PRETENDENDO INQUERITO DO  
 QUE PRETENDO O QUE FIZERAM A ALBUFEIRA/ SÃO  
 QUEME FIZERAM/ LINDO VIADAR NO PARQUE NO MAR.  
 DIT DO CINEMA NOS BARES ONDE A JUVENTUDE SE  
 MANIFESTA NESTA TERRA QUE DIZEM CAPITAL DO  
 TONIBITO/ SIM EM SOMINOS PLAIÁ E PISCINA AO PEQUENO  
 ALMOÇO/ PLAIÁ PISCINA AO ALMOÇO/ PLAIÁ PISCINA  
 AO XANTAR/ BARES BARES DISCOTECAS NAS TURBÓZIAS  
 DA NOITE/ MEUS SENHORES SOMOS TODOS A RESPONSABILI-  
 DADE/ A PARTIR DE COMEÇAMOS O CANALIZADO CANAL ICITO  
 CENTENAS DE MIZHARES DE CRIANÇAS ESTÃO EM EXERCÍ-  
 CIO MILITAR ARMADOS PARA A GUERRA PELOS PODES-  
 ROSOS DOS PODERES LOCAIS/ AOS LOCAIS DA DIVISÃO HU-  
 MANITARIA DO BEVOCIO PRETENDIDO/ PELO NOSSO PRO-  
 LÍZEGIO/ QUEM FALHA PORQUE QUE FALHARAM  
 5000 SERES MORREM A O DIA FORTÉ GUERRA AO SORRIMENDO  
 ETC

## ASSEMBLEIA DA DEMOCRACIA

II

1000 MILHÕES DE SERES NA PLANETA MORREM DE FOME  
BEBEM A SEDE DOS ZAMBAIS FOSSAS DE ÁGUA EM QUE  
RECEBEM OS DESECTOS DEPÓSITOS CONTAMINADOS NO  
AVANÇO DAS EPIDEMIAS/NA PROLIFERAÇÃO/NA PLANETA

1/50 DOS CEREAIS DA PLANETA É ALIMENTO AOS ANIMAIS  
A NOSSA ALIMENTAÇÃO/ON PARA O BIODIESEL/DESETE  
FICARAM A MENTE DESERTIFICANDO A MEMÓRIA DA  
AMAZONIA ETC. CADA SACO DE CEREAIS DIVERSOS ETC  
DE 100 KG 50 KG É O DESVIO DA ORÇANADA DO DESETE.  
PERO/VAI A DIVERSIDADE ANIMAL AO BIODIESEL A ÁGUA  
DE NECESSIDADE

1/40 DA TERRA ÁRIDA ESTÁ DEGRADADA

3/4 DA ZONA DA PESCA FORAM REDUZIDOS NOS ÚLTIMOS  
15 ANOS

1/40 DA POPULAÇÃO DO GÊTO PERDEU-SE NOS ÚLTIMOS 40  
ANOS/NOS SÓTOS RESPONSÁVEIS O FUTURO DA JUVENTUDE  
DE NO FUTURO DA PLANETA A JUVENTUDE FUTURA DEVE  
PEDIR-NOS/RESPONSABILIDADES/SÓTOS/ACORDONAIS  
PREVEEM 900.000.000 DE REFUGIADOS EM 2050 É JÁ AM-  
NHAM.

HOJE DIZEM IMIGRAÇÃO NO COMEÇO DO EXODO PLANE-  
TÁRIO NA PROCURA DA ALIMENTAÇÃO DO DECLÍNIO DO  
DESIGNLIZBRI/NO EXODO DOS MILHÕES DE IMIGRANTES  
POR NECESSIDADE EVIDENTE/SOBREPONDO A INDIFFERENÇA  
O RACISMO ETC A OFENSA HUMANA. OS CORPORAIS  
OS GLACIARES DIMINUEM/O AQUECIMENTO GLOBAL AVANÇA  
A IMIGRAÇÃO FOGE DA FOME

AS SECAS ESTÃO A AFECTAR TODA A PLANETA/RE-  
PARSEM O AZELTADO NOS VÁRIOS LOCAIS EM PORTU-  
GAL A EUROPA NO RESTO DA PLANETA/NO AZELT-  
DO CAI UM MEIO PEDREDO/10 DE PEDRA DE NEVE LIM-  
DO NO ALVISO DO CÉU/OS VENTOS PROVAVEL DESORGANIZA-  
DOS FAZEM CAIR OS ALVISOES/IA ANALIZAREM ESTA E-  
VIDENCIA SERÁ VERDADE SERÁ ABIVETON

NÃO IMPONHO O VAVARISMO DA MINHA VERDADE EMAL-  
TECENDO. HEI É TENTAR PROCURAR SE REALMENTE  
É A VERDADE/APS INQUIRITOS  
QUEM CRIA O VENTO A CHULA/QUEM CRIA A DOR-  
PA DAS VACAS ZAJAS NO ALIMENTO E ZORNECENDO AS  
PRÓPRIAS VACAS/ALIMENTANDO COM A PROPRIA CARNE  
O OCEANO SOBRE/OS TERRENOS DE CULTIVO SERÁ INVADIDO  
C - (2)

ASSEMBLEIA DA DEMOCRACIA O 7/1  
 PELA SALINIDADE/ O OCEANO NOS MILHARES DE MILHÕES  
 DE ANOS MOVIMENTOU-SE/ ERA NOS POUCOS MILHÕES HO-  
 JE MILHÕES MILHÕES/ ONDE ERA MAR, HOJE É SERRA  
 AHAHANH O QUE SERÁ/ A INCERTEZA/ O NUCLEAR AS GRU-  
 DIVERSAS AS EPIDEMIAS DA ERA DA CIVILIZAÇÃO DITA  
 MODERNA SRS. SENHORES PRESENTE  
 OS CICLOS DA CHUVA SORTEM ALTERAÇÕES/ VE-SE OS  
 VENTOS AS TEMPERATURAS AS DIFERENÇAS DOS CLIMAS  
 CAÍDO O SEU ESTRELA DE BELO BICO DA DREXAO AOKY  
 CAIU NO Q2ENTEXO/ É ONDE AINDA NAO SE VÊ.  
 A HUMANIDADE NUNCA TINHA VIVIDO A ATMOSFERA COMO  
 ESTA/ AS CHUVAS EMUNDAM AS CIDADAS DO HABITAT/ AS  
 ÁGUAS PERDEM O CONTROLO/ DECAPITAM AS SERRAS  
 1/70 DA POPULAÇÃO PLANETARIA VIVE NO LITORAL  
 1/80 DA POPULAÇÃO MUNDIAL VIVE NA ESTRITA MISERIA  
 OS RIOS SÃO E SERRÃO RIACHOS SECOS/ AS BARRA-  
 GENS SILVES FUNCHO O SEU FUNDO APROXIMA-SE  
 FIM DE JUNHO FIM OUTUBRO A CALAMIDADE  
 1/3 DA MASSA DA TERRA DESAPARECE  
 13.000.000<sup>OU 13.000.000</sup> MIL MILHÕES DE ARVORES DESAPARECEM  
 AO ANO/ OS RIOS RECOZHEM O LIXO POLUITIVO TRAN-  
 PORTANDO AO OCEANO/ DESVIANDO ASSASSINANDO A VIDA DO OCEANO  
 1/80 DOS GLACIARES DESAPARECE  
 1/20 DA POPULAÇÃO PLANETARIA CONSUMEM 1/80 DOS  
 RECURSOS DA PLANETA  
 O QUE EM 12.000.000 MIL MILHÕES DE ANOS SE PRO-  
 PREON/ O RELOGIO DAS CONDIÇÕES EPI MATERIOCAL  
 FODOL AS FLORESTAS DIZIMADAS AS ARVORES QUESI-  
 MADAS AO AQUECIMENTO GLOBA/ A CONSCIENCIA DO TO-  
 TAL DA HUMANIDADE/ NO DIREITO DA DIGNIDADE/HU-  
 MANA/ NO VERDE DO EQUILIBRIO DA NECESSIDADE  
 A DEVERSIDADE DA CULTURA COLECTIVA COM O MES-  
 MOS O OBJECTIVOS NO COLECTIVISMO HUMANO A CONSCIENCIA DAS SOCIEDADES  
 OS GLACIARES DA GREGOZANDIA CONTEM 1/20 DA AGUA  
 DA PLANETA/ DERRETIDO O OCEANO SOB 7 METROS  
 OS DESECTOS POLUITIVOS DE ALTO TEOR ORIGEM NU-  
 CLEAR ETC ENTERRAM NA TERRA OU VAI AO OCEANO  
 TODOS OS ARTICOS DERRETIDOS O OCEANO SOB 78 ME-  
 TROS/ SRS PRESIDENTES/ SRS VARI EDO RES DEFIADOS

# A ASSEMBLEIA DA DEMOCRACIA

10 #

REPRESENTANTES PRESENTE DA POLITICA ANALIZEM  
A REFLEXÃO AO MONUMENTO DOS 78 METROS AO MONU-  
MENTO DA DEFINIÇÃO DA NOSSA DESISTÊNCIA HUMANA  
OS OZARIAS REGIAM AO ANO VÁRIOS KMS O AQUECIMENTO  
GLOBAZ PERMANENTE AS DISTÂNCIAS EM CRESCIMENTO  
CONSTANTE PERMANENTE O QUE FOI ONTEM HOJE DIVER-  
DE DO HOJE PARA AMANHÃ/ACRESCENHO O FÉXDO RA-  
NETÁRIO DA HUMANIDADE/ SERA DESTABILIZADOR EM  
PRÊSES DIVERSAS OS HUMANOS SE AUMENTARÃO FILTRO  
ELES/ AO RACOLINDO DA MELTE CAMIBAL

O TEMPO URGE A PROGRESSÃO DA DEFINIÇÃO DA MENTE  
DA UNIVERSALIDADE A UM HUMANO NOVO/ NUMA LANCA.  
DA DE PEDRA NUMA RAJADA DE VENTO/ SOPRA O VENTO DAS  
CINZAS DA MELTE DAS OZINAS/ SRS SENHORAC/ VESTI  
REUNIAO ASSEMBLEIA 30/06/2009/ QUEM BRINCOU/ QUEM  
BRINCA NA VIBILIDADE CONSTANTE A VOSSA INCONS-  
EPIENCIA/ DESTABILIZAR AS EPIENCIAS EXATAS HUMANI-  
ZADAS DO RENOV DAS SOCIEDADES CONTRIBUÍRAM  
A DESTABILIZAÇÃO DA DESTRUÇÃO DO CONCRETO DA  
SOCIEDADE/ PELO EGGITO PELO FRACQUEZA PELO DESHO-  
TIVACAO/ PELO EUREQUECIMENTO ELICITO PELO GANAU-  
CIA PELO CORRUPÇÃO PELO INFLUENCIA PELO AMIZA-  
DE/ FIZERAM/ CHORAR A CHUVA DAS PEQUIAS DAS PE-  
DRAS DOS SENTIDOS DA MENTE/ DAS RAIZES OS SAGITO  
DOS SENTIMENTOS DA AQUIVIA DAS PÊTARAS DAS FLORES  
DE TIBES VERDES/ DE FOLHAS DE PERFONE/ SECAS/ HORTAS/  
AO DENOCIDO REAL PLANETARIO HUMANO/ MEUS SRS SE-  
NORAS A VOSSA CONSCIÊNCIA DO FORMATO DO FIDIL ÉV-  
CHEM/ VOSSOS OLHOS LAGRIMAS DE ELUSÃO DE REIOS NAS  
MARBENS DA MENTE NA ZUZ DO VOSSO PENSAMENTO/ RE-  
FLECTINDO PORTOZAL CONTRIBUIU À DIASPORA DO DES-  
CONHECIDO/ A ZINDUA É UMA FORÇA DE IDENTIDADE DA  
DIASPORA DO CONSENCO DO CONHECIMENTO/ PESSOA DIZO  
POETA/ É UM FIMDEPOR/ DISCORDO O POETA PESSOA  
NA SUA UNIVERSALIDADE LINEAR BEBEU NO DASTIM  
DA FONTE DA SAZIVA DA SUA PRIVACIDADE/ DA SUA CRIA-  
ÇÃO/ NOS BUZCOS AO MAR/ BEBEM AS ENTREMHAS DO FIMDE-  
MENTE/ NA SUA PROPRIA DOR/ LIVED A SUA VERDADE FIV-  
DINDO/ BEBEU O SANGUE DAS LAGRIMAS DA CRIACAO DO  
PORTOZAL UNIVERSAL/ NO PORQUE A DESTABILIZAÇÃO DOS  
OXOZOS DOS PARAISOS FISCAIS/ SEM CONTEUDO/ NA ERA DO  
HUMANO NOVO/ A HUMANIDADE PEQUER MUPANCA DA  
MENTE NAVEGANDO NO BARCO DAS AGUAS CAZMAS  
PELA BUSCA EM SOL DA PLANETA.

C 4

POR CAUSA DO QUE FIZERAM ALBUQUERQUE AO  
 ALGARVE A PORTUGAL / DO NÁS AO INQUÉRITO  
 DA ANOMALIA DA DAMALIA DO PODER DA  
 INFLUÊNCIA DA CORRUPÇÃO / DO NÁS DA ANA-  
 LIZE DA RIQUISZA ELICITA EM PROL DO SO-  
 FARMILATO / NÃO VOTO / A SOCIEDADE PERDEU A SUA  
 ORIGINALIDADE DO COMPROMISSO COM A JUSTIÇA  
 POR CAUSAR O FRAQUELO BPN. BPN BANCOS  
 AS DILIGÊNCIAS DE FIDELIDADE / OS DINHEIROS DA EUROPA NÃO SE ENVOIAM  
 FAZEM A DISTRIBUIÇÃO DO TRABALHO LIVRE CO-  
 MUM O CAVIAR OS IATES OS OLIVOS A DACTO  
 OS MURADORES AS JIMAS AS FALESTAS AS LEMAS  
 MONTA OS PLATOS VAZIOS / NÃO VOTO  
 OUTROS PONTENTAM-SE COM AS NIGALIAS  
 SÃO OS ZÉMBE BOTAS SEM PERSONALIDADE  
 / NÃO VOTO  
 POR CAUSA DA PERMISSÃO SEM CONTROLO DOS  
 OXONOS NOS PARAISOS FISCAIS / NÃO VOTO  
 POR CAUSA DAS RIQUISAS A SANGUE A SUOR A PERDA DO LÍCIO  
 POR CAUSA DOS RESPONSÁVEIS POLÍTICOS QUE  
 DECAT A CAUSA PÚBLICA ASSEMBLEIA  
 COMISSÃO A MESA DEPUTADOS VARIÉDORES LU  
 COMISSÃO O BIENNO GOVERNATIVO DE ALBU-  
 FERNA JUNTADA DA FREQUÊNCIA / MONTA POR NIGALIA  
 PODERIAM MODIFICAR A MEMÓRIA DA CIVILIZA-  
 CÃO AS PEDRAS OS Muros OS HABITADES ORDEM  
 OS CAMINHOS OS MOINHOS AS NORAS OS VESTI-  
 GROS / POUQUETAR LÍMITES DA CONTINUAÇÃO  
 HISTÓRICA A MODERNIDADE PROTEGEM A  
 ENTRADA DO SOL DOS VENTOS / DESCRATIZAM  
 A CONTINUIDADE / AO PONTIFICAR DE TORIAM  
 A CONSCIENTIA ARQUITETÓNICA DA MENTE /  
 NÃO VOTO  
 CONTINUO A EXIBIR REPARO AO QUE ME FIZ-  
 RAM EM QUE O PRESIDENTE ASSEMBLEIA  
 EMA. 92. PRESIDENTE EMA, DEPUTADOS  
 VARIÉDORES ESTÃO AO CORRENTE PELO

QUAR CITO O NÃO AUTORIZAÇÃO DE QESS - II  
 DENUNCIAL ROUBO DE TERRENO EM BENEFÍCIO  
 DO ABUSO DE PODER COM AVAL ETC  
 E VÁRIOS ABUSOS POR FUNCIONÁRIOS CMA.  
 ALGUNS SE ENCONTRAM BEM PATEMTE A  
 OLHO NU ETC  
 DEPOIS DE TANTOS ABUSOS PERMITIDOS  
 COM LACIAMENTO FECHER TODO  
EXITO INQUEFATO TERRENO SR. DIVULGADO  
 MO PORQUE QUE OCUPAVAM O CAMILHO  
 ANTES DEPOSITO DE GELÓ <sup>(CMA/HERCULANO)</sup> OCUPAVAM/CA -  
 MINHO PUBLICO

O TERRENO LIDEX PORQUE QUAL A CAUSA DE  
 INTERESSE DESSE VASTO TERRENO  
 PORQUE QUE QUERIAM OCUPAR TERRENO  
 ABAIXO ELUBE PESCA JA O PASO TENHA SI-  
 DO DADO CASO CONSUMADO PELO QUAL O SR.  
 PRESIDENTE ASSEMBLEIA INTERVIMU EX-  
 PANDO O PASO AO SR. PRESIDENTE CMA.  
 DISSE ME A PROPRIETARIA/ESPOSA COM APERNAS  
 CORTAS/TANTA IMPATIA TANTA DESUMANIDADE.  
 GUIA E TODO O CONCELHO DE ALBUFERÇA  
 OLHOS DE ÁGUA PRÉDIO DE ESQUILA LADO

DIREITO QJAGE EM FRENTE HOTEL RIO/0  
 PROPRIETARIO NÃO PODIA CONSTRUIR APOES A  
 VENDA. UM BLOCO/AOS BLOCOS SEM AUTORIZAÇÃO ONDE  
 SE ENCONTRAM OS RESCANS  
 SESNARIAS O SR. FILIPE VIZIA COMEÇA UM

TERRENO ZONA VERDE IRA CONSTRUIR -  
 OS PREÇOS DIVERSEM A POR M<sup>2</sup>  
 OS TERRENOS ZONA VERDE/ESPAÇOS SEM A  
 POSSIBILIDADE A CONSTRUÇÃO/A MEACAS DI-  
 VERSA/A VENDA FORÇADA A PREÇOS BAIXOS  
 APOES A VENDA AS AUTORIZAÇÕES ADE-  
 QUERIDAS/OS PREÇOS SOBEM EM FRECHA  
 A CORRUPÇÃO INFLUENCIA ETC QUEM BENEF-  
 (6)

FICIA PARA VERIFICAR QUEM CONSENTIU QUEM  
BENEFICIO DO COO IL QUEIXO PORQUE O  
QUE ME RIZEM / FIZEM DO NORTE AO SUL  
ASSIM O POVO MANIFESTA-SE NO SILENCIO  
NA DOR, E PORQUE RIZEM UM PAIS DE  
PEDINTE E SINTOMA COM A CANDIDATO  
SUBSTITUINDO A JUSTICA.

ACUSO-OS QUEM PERMITIU DURANTE ANOS  
DESDE AS DESCOBERTAS IMPLANTAR UM  
POVO DE RESPEITO E PAZ PARA A EMBRA.  
PAO / E DE CALIDADE / QUAIS METEM A JUSTICA E  
CORTAS BANCARIAS NAQUELA EMBRA BPI BPN ETC.

A PAZ PARA PERDEU O REAL SENTIDO  
SR. PRESIDENTE REPUBLICA PARA CORRUPCA  
A DOR DO DECA SER FISICA MORAL  
AS MÚLTIPAS PALAVRAS E APRESENTAÇÃO DA MATERIA DA LOGICA  
EUS PERDOW MAS A MELHORIA EM QUE LEVA.

RAM A INCERTEZA DA CIVILIZAÇÃO O VOSSO  
ALTO PARA COM A MEMORIA DA PRIMEIRA  
PELA IGNORANCIA DESPROTEGIDA A ANOIA  
DA MELHIA IGNORANDO A FISICA DA MEMORIA  
UNIVERSAL/CONTRIBUIRAM O POVO NAU DE DISTRICA/SIM  
A CANDIDATO/DO NAU A REFLEXAO DA ANALIZE

DA SE RIZAM DA ME PROMETERAM TRABALHO DE ARTISTA  
SEM SABER CANEAR/DA ME MANDARAM PARA O CARVALHO  
DA VI NINGUEM NAS REUNIOES/DA VIA PRESENÇA SEM  
CONFENDO/DA VIA MIRAGEM DA INVISIBILIDADE/INCESTA  
DA VIA NA MESA PELA VARIEDADE ALTOCAR SANDES NA  
REUNIAO/PERGUNTO O QUE REALMENTE O VENTO  
TRANSMITE TRANSPORTA/DA VIA MIRAGEM DOS OLHOS  
DAS PÁGINAS NA RAIZ DO OLHAR DO CONSENTO  
PERGUNTO ALVOS TODOS NO VOTO/VOTAM CONSCIENTE/A  
VOSSA CONSCIENTIA NO PROLONGAMENTO DA VOSSA MELHIA  
ALBUFEIRA DE MEMORIA DEVASTADA OS MUIROS OS BAR.  
POS AS REOLHAS ONDE SE ENCONTRA OS MOINHO AS  
NORAS OS TRAVEZ DO VOTO/ O QUE É A MELHIA DE UM  
HUMANO NOVO/A MEMORIA DA CIVILIZAÇÃO MILITARIA  
O QUE REPRESENTA A DEMORAÇÃO HUMILHADA  
O QUE É A HUMILHADA  
O QUE É UM SERE HUMANO NO CONTEXTO PLANETARIO

SOU UM ETERNO IGNORANTE REVOLTADO



Álvaro Guedelha - Boa noite a todos. Venho fazer uma pergunta sobre as obras, nesta altura, nas Areias de S. João. Máquinas a escavarem à frente dos estabelecimentos. Esteve o Inverno todo disponível, não aconteceu nada e agora, nesta altura, é que as pessoas aparecem para fazer obras. Não sei porquê? Nesta altura do "campeonato" em que estamos, e as pessoas com as portas fechadas, não podem funcionar. Segundo ponto: mais uma vez venho pedir para que aconteça mais um milagre, para fazer uma casa de banho pública nas Areias de S. João. E o Posto de Turismo, fique nas Areias de

S. João mas na estrada de S. Eulália, porque eu levo todo o dia a ouvir os turistas a dizer que o Posto de Turismo é na estrada de S. Eulália. Mais um ponto: em relação a uma Associação, da Baleeira, que nasceu e estamos além. Fomos levados para lá ao colo, e agora ninguém nos vê, ninguém nos ouve, estamos às escuras, não temos água, não temos W.C. e parece que ninguém se lembra de nós. Todas as associações são ouvidas por toda a gente, nós não somos ouvidos por ninguém. Estamos condicionados a entrar e a sair à hora que eles querem e lhe apetece. Acho que não está bem! Como desportista, foi levado ao "colo" do Porto de Abrigo para aquele canto esquisito que lá está, com muitas promessas mas que ninguém fez nada ainda. Não sei como é que vai ser? Pode ser que algum dia aconteça o pior. Mas o que me choca ainda mais, foi que no domingo, quando voltei da pesca, cheguei à Baleeira e estava um barco de turismo cheio de turistas a fazerem um barbecue e um piquenique grande na praia da Baleeira. Não há água, não há casas de banho, fazerem barbecue, fazerem fogo, foi tudo autorizado, ninguém chateou ninguém mas, o lixo onde é que fica? As casas de banho, onde é que as pessoas vão? É isto que tenho para dizer, alguém que olhe por nós, porque é uma associação criada lá, porque é que está esquecida? É mau para Albufeira. Nós somos desportistas, somos muitos, mais de duzentos inscritos, e todos pagamos os nossos impostos, tudo. Obrigado. -----

Vice-Presidente da Câmara - Sobre a questão da Baleeira, já registei, vou comunicar a quem de direito e iremos encontrar uma solução. O Posto de Turismo das Areias de S. João, pois é lá na zona. As casas de banho, tem toda a razão, é um problema que tem havido, mas penso que com a remodelação da Sá Carneiro será possível introduzi-la. Relativamente às obras nas Areias de S. João, pedia ao Sr. Vereador Carlos Quintino para averiguar a questão. -----

Vereador Quintino - Pedia ao Sr. Álvaro um esclarecimento, sobre a localização concreta dessas obras. -----

Álvaro Guedelha - É na Rua do Monte Sol. Levantaram o passeio todo, cavaram aquilo tudo, só fizeram pó. As pessoas estão todas indignadas. Isto não é para se fazer nesta altura. E há mais, na Natália Correia estão lá as peças para fazerem o mesmo trabalho. Porque é que é sempre nesta altura. Isto já está tão bom e ainda fazem estas coisas assim. -----

Vice-Presidente da Câmara - Está registado, amanhã vamos ver a situação. -----

Álvaro Guedelha - Agora já só está lá o pó e o lixo. As coisas quando acontecem, tem de ser logo vistas, não é depois. Depois já não há nada a fazer. -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao inteiro dispor dos digníssimos Membros da Assembleia para consulta. -----

De seguida o Presidente da Assembleia inicia o Período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Francisco Calhau - Em nome do Grupo Parlamentar do PSD gostava de manifestar sob a forma de uma proposta, que passo a apresentar (doc.2). -----

## Proposta

①

Considerando que:

Têm vindo a público várias notícias, designadamente da corrupção social, que ~~separam~~ <sup>reforçam</sup> para situações de insegurança em Albufeira, com crimes de natureza diversa, onde se incluem alguns com violência. ~~Constatando~~ este aumento de criminalidade com a diminuição do número de efectivos das forças de segurança, para este ano em Albufeira. / Além do mais, tem sido devido aos problemas em Albufeira, a ~~ausência~~ a grande violação do interesse público, com a degradação de imagem pública deste concelho perante destino turístico de reputação nacional e internacional. / Sendo esta matéria de carácter muito delicado, e tendo as autoridades públicas já verificado, mas que esta Assembleia ignorem

(2)

- 1) Reforçar e reiterear a Sua Excelência, o Senhor Ministro de Administração Interna, as reivindicações e exigências ~~de mais~~ <sup>várias vezes,</sup> que lhe foram feitas pelo Ex.ºmo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, dos meios necessários à resolução desta situação de insegurança.
- 2) Declarar-lhe que o reforço policial deve ser imediatamente feito, por ausência de razões legítimas que o possam adiar, tendo em conta, por um lado o interesse da população local e dos visitantes de Albufeira e por outro lado o interesse nacional que o turismo representa para Portugal, no que é essencial uma imagem de segurança do destino, que se pretende e deve salvaguardar.

*[Handwritten signatures and text]*  
 Votos a favor  
 Votos contra  
 Abstenções  
 Silva e Sousa

Presidente da Assembleia - Antes de podermos discutir esta proposta, vamos ter que admiti-la e é necessário que dois terços do número legal de Membros reconheçam que ela possa ser discutida e deliberada. -----

**VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA PROPOSTA** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: três (00) -----

Votos a favor: vinte seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas,

José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Simões, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, João Silva, Hélder Sousa, José Cabrita, Ana Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, José Gonçalves, Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi admitida por unanimidade** -----

Presidente da Assembleia - Passando à discussão, quer usar a palavra para defender a proposta? -----

Francisco Calhau - Quero dizer que, na proposta somos bastante sucintos mas claros relativamente àquilo que nos leva a que a digníssima Assembleia considere esta questão. É uma questão do interesse de todos, não é uma questão partidária, e como tal deve ser entendida. Por isso, eu não iria acrescentar nada, porque ela é suficientemente clara, objectiva e, portanto, tudo o que eu possa dizer a mais, não vai ajudar à discussão mais do que aquilo que está escrito. Contudo estou disponível para qualquer esclarecimento que me peçam. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA PSD** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: três (00) -----

Votos a favor: vinte seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Simões, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, João Silva, Hélder Sousa, José Cabrita, Ana Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, José Gonçalves, Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

Francisco Calhau - Gostaria de dizer que, fico muito grato como proponente e em nome de parte da Assembleia que a proposta tenha sido admitida por todos os digníssimos Membros desta Assembleia e que isso reflecte um problema que é de todos e, não de ninguém em particular. É uma proposta de todos nós desta Assembleia e como tal a votação é reconhecida. -----

Fernando Neves - Iniciaria pela intervenção deste munícipe no que se refere às obras. Será que as obras são da própria Câmara ou serão de algum particular? Há que averiguar a situação, porque se é na via pública, há qualquer coisa que não bate certo. Se a Câmara autorizou aquela obra ou não, ou se é algum particular que está a fazer a obra? Isto faz-me lembrar uma situação no Forte S. João. Dois "bulldogs" que lá apareceram. Faz-me muita impressão de como é que apareceram ali umas coisas daquelas construídas naquela zona mesmo em cima da linha de água do ribeiro. Apareceu a primeira, mais tarde apareceu outra. Houve um funcionário da Câmara, não

vou falar em nomes, eu levantei a questão, e me disse quem era o proprietário. Também não vou dizer quem são os proprietários porque a Câmara tem a obrigação de saber quem são os proprietários daquelas aberrações que estão mesmo na subida, quando vão para o Sr. Barata. A linha de água está tapada. O ribeiro, o Barata já tinha tapado há muitos anos quando fez as casas por cima, e agora, aparece aquelas duas situações, muito estranhas, não sei se a Câmara tem conhecimento. Para uns as coisas são muito fáceis de fazer, para aqueles que têm mais dificuldades, quem quer uma casa própria, a coisa é um bocado mais complicada. Infelizmente é assim! E não venham dizer que não é, porque tenho conhecimento de várias situações em relação a pessoas que têm terrenos e querem fazer uma casa para morar, têm dificuldades em pagar uma renda ou comprar um apartamento e têm tido problemas para a fazer. Outra situação, que levantei há tempos, acho que foi na última sessão, em relação à obra no Farol e que o Sr. Presidente remeteu ao Sr. Vice-Presidente. Agora não está um, está outro. E não sabiam o que se passava além. Era para saber se já têm conhecimento do que se passa em relação àquela obra que está situada mesmo junto ao limite do muro do farol. -----  
Francisco Oliveira - Queria apresentar aqui uma Moção e vou passar a ler (doc.3). -----

## MOÇÃO

### Criação do Conselho Municipal de Juventude

Considerando a publicação em Diário da República no passado dia 18 de Fevereiro da Lei 8/2009, que cria o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude;

Considerando que a implementação deste órgão é obrigatória, no espaço de seis meses após a sua publicação, em todos os municípios portugueses;

Considerando a importância do contributo dos jovens na resolução de questões que afectam o seu presente e o futuro individual e colectivo;

Considerando a possibilidade criada para a dinamização de um novo centro de participação qualificada na vida política, social e associativa da comunidade local;

Considerando que esta medida permitirá aos jovens tomar melhor conhecimento do funcionamento dos órgãos municipais, promovendo o respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria;

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Albufeira delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Socialista, recomendar à Câmara Municipal de Albufeira que:

- Proceda à criação imediata do Conselho Municipal de Juventude de Albufeira.

Albufeira, 30 de Junho de 2009

Os Deputados Municipais da Bancada do Partido Socialista,

The block contains several handwritten signatures in blue and black ink, representing the PS Municipal Deputies. Some signatures are clearly legible, such as 'Francisco Oliveira' and 'José Carlos', while others are more stylized or partially obscured.

## Regulamento do Conselho Municipal de Juventude

### Capítulo I

#### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

##### Conselho Municipal de Juventude

1 - O Conselho Municipal de Juventude de Albufeira, adiante designado por CMJ, é o órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude.

#### Artigo 2.º

##### Fins

O CMJ prossegue os seguintes fins:

- a) Colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais;
- b) Assegurar a audição e representação das entidades públicas e privadas que, no âmbito municipal, prosseguem atribuições relativas à juventude;
- c) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos indicadores económicos, sociais e culturais relativos à juventude;
- d) Promover a discussão das matérias relativas às aspirações e necessidades da população jovem residente no município;
- e) Promover a divulgação de trabalhos de investigação relativos à juventude;
- f) Promover iniciativas sobre a juventude a nível local;
- g) Colaborar com os órgãos do município no exercício das competências destes relacionadas com a juventude;
- h) Incentivar e apoiar a actividade associativa juvenil, assegurando a sua representação junto dos órgãos autárquicos, bem como junto de outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
- i) Promover a colaboração entre as associações juvenis no seu âmbito de actuação.

### Capítulo II

#### Composição

#### Artigo 3.º

#### Composição do CMJ

O CMJ é composto por:

- a) O Presidente da Câmara Municipal, que preside;
- b) Um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal;
- c) O representante do município no Conselho Regional de Juventude;
- d) Um representante de cada associação juvenil com sede no município inscrita no Registo Nacional de Associações Jovens (RNAJ);
- e) Um representante de cada associação de estudantes do ensino básico e secundário com sede no município inscrita no RNAJ;
- f) Um representante de cada associação de estudantes do ensino superior com sede no município inscrita no RNAJ;
- g) Um representante de cada federação de estudantes inscrita no RNAJ cujo âmbito geográfico de actuação se circunscreva à área do concelho ou nas quais as associações de estudantes com sede no município representem mais de 50% dos associados;
- h) Um representante de cada organização de juventude partidária com representação nos órgãos do município ou na Assembleia da República;
- i) Um representante de cada associação jovem e equiparadas a associações juvenis, nos termos do n.º 3 do artigo 3º da Lei nº 23/2006, de 23 de Junho, de âmbito nacional.

#### Artigo 4.º

##### Observadores

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 8/2009, de 18 de Fevereiro, integram ainda o CMJ, com o estatuto de observador permanente, sem direito a voto:

- a) Os responsáveis pelas áreas de Juventude das Juntas de Freguesia de Albufeira;
- b) Um representante da Direcção Regional do Algarve do Instituto Português da Juventude.

#### Artigo 5.º

##### Participantes externos

Por deliberação do CMJ, podem ser convidados a participar nas suas reuniões, sem direito de voto, pessoas de reconhecido mérito, outros titulares de órgãos da autarquia, representantes das entidades referidas nos termos do artigo 5.º da Lei nº 8/2009, de 18 de Fevereiro, que não disponham do estatuto de observador permanente ou representantes de outras entidades públicas ou privadas cuja presença seja considerada útil para os trabalhos.

### Capítulo III Competências

#### Artigo 6.º

##### Competências consultivas

1 - Compete ao CMJ emitir parecer obrigatório sobre as seguintes matérias:

- a) Linhas de orientação geral da política municipal para a juventude, constantes do plano anual de actividades;
- b) Orçamento municipal, no que respeita às dotações afectas às políticas de juventude e às políticas sectoriais com aquela conexas;
- c) Projectos de regulamentos e posturas municipais que versem sobre matérias que respeitem às políticas de juventude;
- d) Projectos de planos municipais de ordenamento do território, no que respeita ao seu impacto nas políticas de juventude.

2 - O CMJ deve ainda ser auscultado pela Câmara Municipal durante a elaboração dos projectos de actos previstos no número anterior.

3 - Compete ainda ao CMJ emitir parecer facultativo sobre iniciativas da Câmara Municipal com incidência nas políticas de juventude, mediante solicitação da Câmara Municipal, do Presidente da Câmara ou dos Vereadores, no âmbito das competências próprias ou delegadas.

4 - A Assembleia Municipal pode também solicitar a emissão de pareceres facultativos ao CMJ sobre matérias da sua competência com incidência nas políticas de juventude.

#### Artigo 7.º

##### Competências de acompanhamento

Compete ao CMJ acompanhar e emitir recomendações aos órgãos do município sobre as seguintes matérias:

- a) Execução da política municipal de juventude;
- b) Evolução das políticas públicas com impacto na juventude do município;
- c) Incidência da evolução da situação sócio-económica do município entre a população jovem do mesmo;
- d) Participação cívica da população jovem do município, nomeadamente no que respeita ao associativismo juvenil.

#### Artigo 8.º

##### Competências eleitorais

Compete ao CMJ:

- a) Eleger o representante do município no Conselho Regional de Juventude;
- b) Eleger um representante no Conselho Municipal de Educação.

#### Artigo 9.º

##### Competências de divulgação e informação

Compete ao CMJ, no âmbito da sua actividade de divulgação e informação:

- a) Promover o debate e a discussão de matérias relativas à política municipal de juventude, assegurando a ligação entre os jovens residentes no município e os titulares dos órgãos da autarquia;
- b) Divulgar junto da população jovem residente no município as suas iniciativas e deliberações;
- c) Promover a realização e divulgação de estudos sobre a situação dos jovens residentes no município.

#### Artigo 10.º

##### Competências de organização interna

No âmbito da sua organização interna, compete ao CMJ:

- a) Aprovar o plano e o relatório de actividades;
- b) Aprovar o seu regimento interno;
- c) Constituir comissões eventuais para missões temporárias.

#### Artigo 11.º

##### Competências em matéria educativa

Compete ainda ao CMJ acompanhar a evolução da política de educação através do seu representante no Conselho Municipal de Educação.

#### Artigo 12.º

##### Comissões intermunicipais de juventude

Para o exercício das suas competências no que respeita a políticas de juventude comuns a diversos municípios, o CMJ pode estabelecer formas permanentes de cooperação, através da constituição de comissões intermunicipais de juventude.

## Capítulo IV

### Direitos e deveres dos membros do CMJ

#### Artigo 13.º

##### Direitos dos membros do CMJ

1 - Os membros do CMJ identificados nas alíneas d) a i) do artigo 3.º do presente Regulamento têm o direito de:

- a) Intervir nas reuniões do plenário;
- b) Participar nas votações de todas as matérias submetidas à apreciação do CMJ;
- c) Eleger o representante do município no Conselho Municipal de Educação;
- d) Eleger o representante do município no Conselho Regional de Juventude;
- e) Propor a adopção de recomendações pelo CMJ;
- f) Solicitar e obter acesso à informação e documentação necessárias ao exercício do seu mandato, junto dos órgãos e serviços das autarquias locais, bem como das respectivas entidades empresariais municipais.

2 - Os restantes membros do CMJ apenas gozam dos direitos identificados nas alíneas a), e) e f) do número anterior.

#### Artigo 14.º

##### Deveres dos membros do CMJ

Os membros do CMJ têm o dever de:

- a) Participar assiduamente nas reuniões do CMJ ou fazer-se substituir, quando legalmente possível;
- b) Contribuir para a dignificação dos trabalhos do CMJ;
- c) Assegurar a articulação entre as entidades que representam e o CMJ, através da transmissão de informação sobre os trabalhos deste.

## Capítulo V

### Organização e funcionamento

#### Artigo 15.º

##### Plenário

1 - O plenário do CMJ reúne ordinariamente quatro vezes por ano, sendo uma das reuniões destinada à apreciação e emissão de parecer em relação ao plano anual de actividades e ao

orçamento do município e a outra destinada à apreciação do relatório de actividades do município.

2 - O plenário do CMJ reúne ainda extraordinariamente por iniciativa do seu Presidente ou mediante requerimento de pelo menos um terço dos seus membros com direito de voto.

3 - Caso o Presidente não proceda à convocação do plenário no prazo de oito dias, contados da entrega do requerimento para o efeito, pode o primeiro subscritor do pedido remeter as convocatórias.

4 - Caso o Presidente não compareça, nem se faça substituir na reunião convocada nos termos do número anterior, compete ao plenário a eleição de um Presidente *ad hoc* de entre os seus membros, em sessão presidida por um dos secretários da mesa ou pelos seus substitutos, preferindo o mais novo.

5 - No início de cada mandato o plenário elege dois secretários de entre os seus membros que, juntamente com o Presidente constituem a mesa do plenário do CMJ.

6 - A reunião do CMJ deve ser convocada em horário compatível com as actividades académicas e profissionais dos seus membros.

#### Artigo 16.º

##### Convocatória

As reuniões são convocadas pelo Presidente, por carta, com a antecedência mínima de oito dias, constando da respectiva convocatória a data, hora e local em que esta se realizará assim como a respectiva Ordem de Trabalhos.

#### Artigo 17.º

##### Quórum

- 1 - A reunião do CMJ poderá ter início desde que estejam presentes a maioria das organizações identificados nas alíneas d) a i) do artigo 3.º do presente Regulamento.
- 2 - Passados 30 minutos sem que haja o quórum referido no número anterior poderá o CMJ reunir qualquer que seja o número de organizações presentes.

#### Artigo 18.º

##### Deliberações

As deliberações do CMJ são tomadas por maioria simples das organizações identificadas nas alíneas d) a i) do artigo 3.º do presente Regulamento.

#### Artigo 19.º

##### Actas

- 1 - De cada reunião será lavrada acta dos trabalhos efectuados, na qual se registará o essencial que se tiver passado, nomeadamente as faltas verificadas, os assuntos apreciados, o resultado das votações e as declarações de voto.
- 2 - A elaboração da acta ficará a cargo dos secretários.
- 3 - As actas são postas à aprovação de todos os membros no final da respectiva reunião ou no início da seguinte.
- 4 - Após a aprovação da acta, esta será sempre assinada pelo Presidente do CMJ.

#### Capítulo VI

##### Disposições finais e transitórias

#### Artigo 20.º

##### Primeira reunião

As entidades representadas no CMJ podem proceder à designação dos seus representantes para a primeira reunião no prazo máximo de 30 dias após a publicação do presente Regulamento no Boletim Municipal.

#### Artigo 21.º

##### Posse

Na primeira reunião do CMJ proceder-se-á à posse dos seus membros, os quais se consideram em efectividade de funções a partir dessa data.

#### Artigo 22.º

##### Normas aplicáveis

Ao funcionamento do Conselho Municipal de Juventude de Albufeira aplica-se o disposto no respectivo regimento, a aprovar na primeira reunião plenária após a sua constituição, no presente Regulamento, na Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, e no Código do Procedimento Administrativo.

#### Artigo 23.º

##### Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor após a sua publicação no Boletim Municipal.

Presidente da Assembleia - Como a antecedente, tem de ser admitida à discussão e votação. -----

**VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA MOÇÃO** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: três (00) -----

Votos a favor: vinte seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Simões, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel

Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, João Silva, Hélder Sousa, José Cabrita, Ana Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, José Gonçalves, Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

**A moção foi admitida por unanimidade** -----

Presidente da Assembleia - Quer defender a moção? -----

Francisco Oliveira - Eu penso que a leitura e os considerandos é por si só o suficiente. Fizemos o trabalho de casa no sentido de dar uma ajuda, com uma proposta de regulamento, naturalmente que a Câmara e os seus técnicos irão analisar, e esperamos que o regulamento do Conselho Municipal possa vir a esta Assembleia com a maior brevidade. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, relativamente à moção em causa o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO: MOÇÃO - CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: três (00) -----

Votos a favor: vinte seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Simões, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, João Silva, Hélder Sousa, José Cabrita, Ana Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, José Gonçalves, Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

**A moção foi aprovada por unanimidade** -----

Ana Patrício - Queria saber se a rua M.F.A. vai sofrer alguma alteração em termos de trânsito. Em tempos falou-se que se iria fazer apenas num sentido. -----

Carlos Gabriel - Pegando nas palavras do Sr. Álvaro Guedelha, eu na altura que começaram lá as obras telefonei ao Sr. Vereador Calos Quintino. O que se constatou na altura, indo ao local, é que as obras, na realidade, são de uma empresa privada de telecomunicações. Fizeram as obras sem a autorização da Câmara e acho que foi levantado um auto pela Câmara, mas ele terá a possibilidade e irá responder, há bocado não se situou no local, mas em principio é isso. Outra questão que o Sr. Álvaro levantou e que também me preocupa bastante, que é o Porto da Baleeira e o grupo dos pescadores desportistas de Albufeira, ao qual eu pertença. Eu não posso por lá o barco porque encerra às duas horas. Temos um horário rígido. Eu tenho andado a olhar para o terreno e, se calhar, haveria a possibilidade de naquele loteamento que está por cima, conseguir prolongar a estrada e ir entrar a seguir ao portão de ferro que eles têm lá que não nos deixam entrar, porque estamos todos impedidos de fazer pesca desportiva. Eu tenho um barco com um motor de vinte cavalos, há trinta e muitos anos, fundeado na praia da Oura, ia à pesca às horas que queria todos os dias. Hoje, está na minha garagem porque não consigo ir à pesca. Eles é que foram para lá, nós já cá

estávamos. É uma situação muito grave de Albufeira, para todos os pescadores desportivos de Albufeira e que deve ser resolvido de alguma maneira. -----

Fernando Neves - Ainda bem que este assunto vem à baila porque já me tinha esquecido de o referenciar. Dois membros dessa associação pediram-nos uma reunião, ao Partido Comunista Português, e falaram sobre esta questão. Agora no almoço que no Espaço Multiusos, foram lá duas pessoas nossas, a convite deles. Nós, estamos do lado deles, damos-lhes toda a razão. Havia um acesso para a praia da Baleeira, havia lá uma praia que podíamos ir à vontade e que desapareceu. Estamos do lado dessa situação e colaboramos no sentido de a Câmara tentar resolver esse problema que nos parece que já deveria ter sido resolvido há muito tempo. -----

Presidente da Assembleia - Pergunto se haveria algum levantamento desse caminho que dava acesso à praia. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Só queria esclarecer aqui uma coisa. Com o que se está aqui a dizer dá a impressão de que estão proibidos de entrar lá dentro. Não há inibição de ninguém entrar lá dentro! O que é expressamente proibido é a entrada de carros pela CCDR, ARH agora. Qualquer pessoa pode entrar e sair à hora que quiser e entender. Há uma grande confusão com aquele espaço. Se calhar tenho alguma culpa por aquele espaço que está lá, e hoje sinto-me bastante magoado pelo que aconteceu a seguir, porque as pessoas da suposta associação, porque de associação tem muito pouco, com toda a sinceridade, cometeram erros uns atrás de outros e alguns deles muito, muito graves. É bom que nessas reuniões que eles pedem, que fazem, deviam esclarecer os erros que cometeram num espaço que foi criado com muita dificuldade. Não tinham espaço nenhum em Albufeira e quando o Porto de Abrigo entrou em obras foi necessário criar alguma disciplina para que as obras se superassem, porque eles estavam todos anarquicamente espalhados pelo Porto de Abrigo. Excepcionalmente criou-se aquele espaço, que na minha opinião está bastante funcional, com uma rampa, que se ultrapassou as regras mas fizeram-na. Essa associação não tem o direito de criar ali um espaço privado, porque foi o que eles tentaram criar. Um espaço público, continua a ser público, e a Associação da Baleeira quis dali criar um espaço único e privado, só para essa Associação. Claro, criou um problema muito grave. Foi necessário, sob minha direcção, os membros da direcção levarem os seus carros para cima, tirá-los da praia porque é expressamente proibido, e a ARH mandou criar aquele espaço que está cá atrás, mas em termos pedonais qualquer pessoa entra à hora que quiser e entender. E hoje só não está em melhores condições porque trabalhar com a Associação da Baleeira tornou-se bastante difícil e o IPTM neste momento, que é quem tem o poder sobre aquele espaço, está com grandes dificuldades em trabalhar com aquela Associação. Está uma grande confusão, que podia ser melhor esclarecida e, infelizmente os sócios daquela associação estão muito mal esclarecidos. É um espaço público, essa associação não tem o direito de o tornar privado. Aliás, o Sr. Presidente da Câmara, que agora não está cá, teve uma intervenção muito directa para a colocação de algumas placas considerando abusivamente que era um espaço privado, só eles podiam lá entrar, ou então qualquer outra pessoa tinha de pagar a eles para entrarem lá dentro. Isto foi muito grave! -----

Carlos Gabriel - Eu, como Membro da Assembleia, mas agora como munícipe e como possível, porque não sou utilizador da respectiva rampa, não sou membro dessa associação, sou um simples munícipe. Como disse, tenho barco na praia da Oura há quarenta anos, a remos depois com motor, e neste momento não consigo pôr o meu barco dentro de água às horas que eu quiser e depois o tirar. A Associação, não conheço, não faço parte, não sou sócio. O problema que levanto é este: um munícipe de Albufeira que tenha um bote para ir à pesca, não tem a possibilidade de o colocar na água, é lógico que não vai com o barco quatrocentos, quinhentos metros, com o barco às costas. Assim não consigo! Tenho de ter um acesso para chegar ao mar e é esse acesso que não tenho e nenhum munícipe em Albufeira. E sempre o tivemos. Tivemos os barcos fundeados nos Olhos d'Água, em Sta. Eulália, na praia da Oura, em Albufeira, também houve uma altura que os tivemos na praia dos Salgados, e entretanto agora, não se pode encostar um barco em praia nenhuma. Inclusive, as pessoas não sabem, se calhar não são encartados, não podem aproximar barco nenhum a motor trezentos metros de qualquer ponto da costa que não seja um corredor ou um porto de abrigo. Este é o problema. O problema de Albufeira foi criar um Porto de Abrigo chamado Porto de Pesca, quanto a mim foi criado pelo Governo dois pontões atrás de uma marina privada. Aquilo não é um porto de pesca, se fosse um porto de pesca tinham-no executado conforme o projecto inicial, com dois molhos em condições para dar espaço interior e não o fizeram. Foram criar dois molhos, que quanto a mim são os molhos de entrada de uma marina privada, prejudicando seriamente os munícipes de Albufeira que têm eventualmente um barco privado. Quer ir à pesca, quer ir dar uma volta com a família, não pode. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - O nosso colega Carlos está mal informado, a rampa do cais do Porto de Abrigo está em funcionamento vinte e quatro horas por dia, qualquer pessoa pode entrar e sair desde há dois, três meses, quando as obras foram dadas como concluídas. No período das obras, claro que não havia hipótese de entrar e sair. Neste momento há condições de segurança e está aberto ao público, qualquer pessoa pode entrar e sair do porto de pesca. Nunca ninguém proibiu ninguém de lá entrar, ainda hoje lá estive. -----

O Presidente da Assembleia ausenta-se da sala e o Primeiro-Secretário toma o seu lugar. -----

Ana Simões - Helder, desculpa pôr a minha agulha no meio disto. Entrou em vigor no dia doze deste mês o Regulamento do Porto de Pesca de Albufeira. Para todos os efeitos, está lá uma pessoa à porta, pelo menos em horário das nove às dezassete, impede qualquer veículo de lá entrar. Pelo menos é o que diz a legislação. Foi essa a situação que me enviaram, com a qual fui confrontada. E para todos os efeitos entrou em vigor dia doze deste mês. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Entrar e sair, qualquer pessoa pode o fazer. Deixar os carros estacionados lá dentro do porto é que não pode, tem de trazer o carro cá para fora. Esse é o maior problema. Entra com o carro, deixa o barco, e traz o carro para fora. O carro não pode ficar lá dentro estacionado, isso é que faz parte do regulamento. -----

Ana Simões - Segundo o que lá está, eu li, é expressamente proibido o acesso de veículos. Pessoas podem passar, mas veículos não. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - É outra interpretação. -----

Vice-Presidente - Queria responder ao Sr. Neves sobre as obras dos "bulldogs", foi o termo que utilizou, no Forte de S. João, tenho de passar por lá para verificar. Relativamente às obras na Baleeira, que apresentou aqui no outro dia, embora não identificando bem essa casa, encontramos três obras, a que está mais próximo, no limite ao farol, deve ser essa, segundo diz a Fiscalização, mandei inspeccionar o processo de obras 396/02, que é uma licença de construção que é válida 13/12/2007 até 13/11/2009 em nome de César Vicente, encontra-se com parte das paredes do piso zero betonadas, não há mais nada. Neste momento a licença está em vigor, nada de anormal se passa ali, a não ser a obra que está parada. Segundo o que está aqui na informação dos Serviços de Fiscalização. Depois, temos um outro que é o processo 273, que é o terreno limite a esse, do lado contrário, lado Poente. Tem uma licença para doze meses. E ainda há uma outra, mais a Poente, também nessas condições. Relativamente às obras na via pública nas Areias de S. João: considerando que houve uma afirmação do Sr. Deputado Carlos Gabriel, em que interceptava que o Vereador Carlos Quintino tinha visto o que se tratava, eu pedia-lhe um esclarecimento. -----

Vereador Carlos Quintino - Eu pensava que se tratava de uma situação nova, não a localizei, mas se se trata da situação que me foi reportada pelo Eng. Carlos Gabriel, de imediato foi lá enviada a Polícia Municipal no sentido de averiguar se existiria licença, porque esse situação foi constatada por mim e eu tinha a noção de que não teria sido emitida licença. E se se trata, efectivamente dessa, é uma intervenção executada pela Portugal Telecom sem a respectiva licença da Câmara Municipal e portanto, a Polícia Municipal actuou de imediato, emitiu o auto e responsabilizando a PT por aquilo que é uma intervenção na via pública sem autorização da Câmara. A verificar-se se a ser essa, as démarches que se tomou foram de imediato, aliás como o Eng. Carlos Gabriel acabou de confirmar. -----

Vice-Presidente - De qualquer maneira, amanhã terá de verificar se foi essa, poderá haver outros pontos onde esteja a fazer outra intervenção. -----

Vereador Carlos Quintino - Com certeza, amanhã verificarei se, se trata da mesma situação. -----

Vice-Presidente - Pedia também um esclarecimento sobre o que a Dra. Ana Patrício falou, sobre o trânsito na Rua M.F.A. -----

Vereador Carlos Quintino - Sobre o trânsito na M.F.A., não é intenção proceder só num só sentido. É uma obra de qualificação dos eixos betuminosos e portanto, em termos daquilo que é a circulação e situação do trânsito, vai-se manter o que existia. -----

Fernando Neves - É só para concluir o problema junto ao farol. Inicialmente, na altura que eu lá fui, tinha a licença n.º145/88 e agora está lá uma nova licença com o n.º 505/07. Aquilo é uma aberração que lá está. Como é que é possível a Câmara autorizar obras naquele sítio. -----

Vice-Presidente - Há um loteamento e a obra faz parte desse loteamento. -----

-----  
O Presidente da Assembleia regressa à sala e toma o seu lugar. -----

-----  
Fernando Neves - Faz parte de um loteamento mas a câmara só autoriza se quiser. Não houve comunicação nenhuma da parte da autoridade marítima, nem dos outros organismos que existem? -----

Vice-Presidente - Os pareceres foram todos favoráveis, pode ter a certeza disso. ----

Fernando Neves - Já agora, para tomar nota, as obras no Forte de S. João, quando passa o "Mónica Isabel", do lado esquerdo, a mim disserem-me que era obra dos filhos do João Lázaro. Não estou aqui a denunciar ninguém, só estou a dizer que aquilo foi feito em duas fases, junto à linha de água. Aliás, quando chove, a própria Câmara despeja para lá o esgoto. No Inverno, quando há grandes chuvadas, vem esgoto junto que vai parar lá em baixo. É verdade! Pode ser que um dia venha buscar um de vocês quando isso acontecer. Existe lá uma Elevatória, já há muitos anos, aquilo foi manilhado, foi tapado e agora aparece uma construção daquele tipo junto de uma área que eu penso que nem sequer poderia ser autorizada agora com as novas leis. É preciso ter "x" de terreno para poder construir. Apareceu uma e a seguir apareceu outra. -----

Ricardo Silva - Sobre a questão do Porto de Pesca, gostaria de dizer o seguinte: de facto, a obra do Porto de Pesca está concluída, e bem concluída pelo nosso Governo. Acontece que, o Porto de Pesca tem regras definidas da Lei e bem específicas. Houve ali um espaço que foi ocupado e a própria Câmara Municipal teve uma intervenção não só junto dessas pessoas como também levou a cabo algumas pequenas obras para facilitar o acesso, num espaço que julgo não ser da sua competência e, de facto, não conseguiu no entanto resolver o problema que está criado e sem solução. No entanto, julgo que a Câmara Municipal o fará, junto das várias entidades, para conseguir criar uma solução por forma a que esta questão seja solucionada de uma vez por todas, porque só assim haverá tranquilidade e paz. Não o consigo ver de outra forma. -----

-----  
 Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia dá por encerrado o Período Antes da Ordem do Dia e inicia o Período da Ordem do Dia. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO PRIMEIRO

Aprovação das actas das sessões de 24/09/2008, 25/11/2008, 18/12/2008 e 26/02/2009; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** ACTA DE 24/09/2008 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Ana Vieira, José Gonçalves, Carlos Gabriel, João Silva e Maria Eugénia Baptista. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Ana Simões, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Hélder Sousa, José Cabrita, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Ausências: uma (01) Francisco Guerreiro -----

**A acta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

**VOTAÇÃO:** ACTA DE 25/11/2008 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Ana Vieira, José Gonçalves e João Silva. -----

Votos a favor: vinte dois (22) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Simões, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Hélder Sousa, José Cabrita, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Ausências: uma (01) Francisco Guerreiro -----

**A acta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

**VOTAÇÃO:** ACTA DE 18/12/2008 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Ana Vieira, José Gonçalves, Rui Bernardo, João Silva e Maria Eugénia Baptista. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Simões, Adriano Ferrão, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Hélder Sousa, José Cabrita, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Ausências: uma (01) Francisco Guerreiro -----

**A acta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

**VOTAÇÃO:** ACTA DE 26/02/2009 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: sete (07) Ana Vieira, José Gonçalves, Euridice Vieira, Carlos Gabriel, Ana Simões, João Silva e Hélder Sousa. -----

Votos a favor: dezoito (18) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, José Cabrita, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Ricardo Silva, Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Ausências: uma (01) Francisco Guerreiro -----

**A acta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

## PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

### PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da alteração por adaptação e rectificação do Plano de Pormenor do Porto de Recreio de Albufeira, nos termos do Art.79º do RJIGT; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Francisco Oliveira - Só para manifestar aqui a posição do PS relativamente a esta questão. Naturalmente que não estamos contra a alteração em si, até porque o mesmo permite ser efectuada nos termos da legislação e regime, no entanto a posição do PS é de se abster nesta votação porque esta alteração vem de certa maneira alterar o espírito do empreendimento. O empreendimento em si tem como espírito uma perspectiva eminentemente turística, eu diria turistas, para passar nesta pequena parcela a ter já um espírito diferente, de imobiliária turística. E é nesse sentido que, nos parece que há aqui uma pequena alteração, não só por projecto mas também por escrito. Por essa razão o PS irá abster-se nesta votação. -----

Presidente da Assembleia - Já agora, para fundar a minha posição, poderia esclarecer-se um bocado melhor. Se quiser, é claro. -----

Francisco Oliveira - A ideia é que, estas alterações irão permitir que, de facto, não estejamos perante uma situação de turismo, propriamente turismo, mas sim habitação, e habitação para fins turísticos. -----

Presidente da Assembleia - Eu não costumo intervir nestas coisas, mas tanto quanto eu li, o que se passa aqui é, tínhamos apartamentos turísticos, no total nove, e a Lei impõe que para haver apartamentos turísticos têm de ser no mínimo dez. Foi o que eu percebi, posso estar errado. E portanto, isto representa apenas isso, o por em conformidade com a Lei, visto que se pretendiam antes apartamentos turísticos e agora se continua a pretender apartamentos turísticos. Não representa aumento de volumetria, aumenta sim uma fracção e também correspondente parque de estacionamento. -----

Vice-Presidente - Reporta-se apenas à alteração da Lei. Passaria de nove apartamentos turísticos para dez apartamentos, aumentando também, consequentemente, o número de estacionamentos. -----

Presidente da Assembleia - Diz aqui que, o D.L. 39/2008 de 7 de Março, estabelece que, os apartamentos turísticos devem dispor no mínimo de dez unidades de alojamento. -----

Vice-Presidente - Manter as nove unidades é que iria alterar. -----

Presidente da Assembleia - Iria alterar e passar para o prédio para habitação. Mantêm-se a área máxima de construção. Acho que é a forma de manter precisamente para apartamentos turísticos, se não terá que ser apartamentos para habitação, ou outra coisa qualquer, uma vez que tem de cumprir este requisito mínimo imposto pelo D.L. Isto foi o que eu entendi. -----

Fernando Neves - Já lá estão construídos dez! -----

Presidentes da Assembleia - Não estão construídos. Isto é para alterar. O que nós estamos aqui a deliberar em relação ao Plano existente que, para a parcela 115 previa nove unidades de apartamentos turísticos. Neste momento a fundamentação que nos dão para discutir esta alteração é que, de acordo com o D.L. 39/2008 de 07 de Março,

Regime Jurídico da Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos estabelece que os apartamentos turísticos devem dispor no mínimo de dez unidades de alojamento. Portanto, para se manter isto como apartamentos turísticos nove não chegam, têm de ser dez no mínimo. E aquilo que foi dito na proposta é que, se irá manter a área máxima de construção que estava prevista para a parcela 115. Não há alteração de volumetria, o que se aumenta, seguramente pela diminuição das que estavam previstas, em vez de se fazer no mesmo espaço nove unidades passam-se a fazer dez, para cumprir o requisito legal e manter apartamentos turísticos. Esta é a leitura que eu faço da proposta que tenho aqui. Pode haver outra. -----

Paulo Freitas - Por acaso conheço o problema, por uma questão de curiosidade fui verificar isto e passa-se o seguinte: o que existe aqui é uma contrariedade entre o Plano de Pormenor que aprovou nove unidades de alojamento turístico, quando a Lei prevê que no mínimo sejam dez. A questão foi a de saber se a Câmara licenciaria a construção de nove apartamentos sem fins turísticos. A Câmara, tanto quanto me foi dado a conhecer pelo que estava neste processo, afastou essa possibilidade. Ou seja, os nove apartamentos seriam sempre turísticos, daí a CCDR e o Instituto de turismo terem emitido pareceres relativamente a esta questão. Uma vez que a finalidade da Marina era eminentemente turística e uma vez que aquela parcela tinha um fim turístico, deveria manter-se o mesmo fim sendo que teria que elevar o número de apartamentos para o mínimo legal, apenas fazendo aqui a mera correcção de nove para dez, não aumentando áreas, não aumentando índices, não aumentando nada, rectificando tão só a possibilidade legal para o fim a que está destinado. Senão teríamos duas incongruências, não poderia construir habitação turística porque só tinha nove unidades previstas no Plano, e não poderia construir nove unidades não turísticas porque o fim daquela parcela é turístico. Teríamos aqui um erro do Plano de Pormenor e teríamos uma contradição legal, sendo que o proprietário estaria a ser prejudicado neste limbo, em que não poderia cumprir a regra dos dez fogos por imposição do Plano e não poderia construir habitação não turística por imposição do próprio Plano. E o que aqui está a ser feito é tão só isto, é o que se diz aqui, "verifica-se que o número máximo de unidades do Plano contraria o número mínimo expresso no n.º3 do art.14º do D.L. n.º 38/2008". A Câmara com esta proposta quer fazer a adaptação legal para o fim a que se destina aquela parcela. Tão só! Não alterando mais nenhum índice, nem áreas de implantação, nem áreas de construção, nem pisos abaixo da cota da soleira, nem acima da cota da soleira. Não há nada mais a não ser o aumento de um único fogo. Nem sequer estipulam tipologias e os critérios que estão previstos aqui, de nove unidades de alojamento de tipologia não identificada, trinta e duas camas turísticas distribuídas por dois pisos mais avançado, um acima da cota da soleira outro abaixo da cota da soleira, são totalmente mantidos nesta adaptação simplificada, ao fim e ao cabo uma rectificação, porque não passa disso, por uma mera gralha no Plano de Pormenor. -----

Fernando Cabrita - Eu fiquei com dúvidas, não tenho presente a Lei. Esta alteração que exige as dez unidades é de quando? -----

Presidente da Assembleia - É o n.º3 do art.14º do Decreto-lei n.º 39/2008 de 7 de Março. -----

Fernando Cabrita - E a aprovação da Câmara foi já posterior a essa Portaria. -----  
Presidente da Assembleia - Não sei. Se quiserem, o assunto vai para uma Comissão de Análise. Não tenho pressa nenhuma. Eu até votei contra este plano, por isso estou à vontade para votar outra vez contra, ou votar a favor, ou abster-me. Só acho que, estar a dar de mão beijada mais volumetrias, eu pessoalmente sou contra, mas aqui diz que não há mais volumetrias, portanto, à partida, não deveria haver oposição. Criar também ao empresário uma situação de "não aprovas apartamentos normais na Câmara, porque a Câmara entende que isto é turístico", acho que é chato e os tipos lá de cima não aprovarem com apartamentos turísticos porque não têm o mínimo de unidades. O empresário deve estar a pensar, "em que país eu me meti". É só isto. Neste momento, depois de estarem aprovados, não me sinto bem dizer ao empresário "compras-te o lote, estava previsto isto e agora o mesmo município que te aprovou o Plano diz que não fazes nada" ou então "podes fazer se for turístico e, lá em cima, não podes fazer porque não tem dez unidades". Não fica grande imagem enquanto município responsável. Mas, se quiserem que vá a uma Comissão. -----

Ana Vieira - Na introdução diz quando é que o Plano foi aprovado. O Plano de Pormenor é de 27 de Novembro de 2007, publicado em Janeiro de 2008 e o novo Regime de Empreendimentos Turísticos é de Março de 2008. -----

Presidente da Assembleia - Tanto quanto percebe, e há aqui mais juristas, a questão colocada é, de facto, pertinente. A questão que o Plano prevê é uma coisa, a questão do licenciamento será outra e vai ser aquilatada ao momento do pedido de licenciamento? A construção ainda não foi aprovada, portanto terá que ser submetida de acordo com os parâmetros da nova lei. Não há dúvida nenhuma é o momento do licenciamento que importa. Entra o projecto, entra a legislação que está em vigor. Não é assim, Dra. Ana Patrício, que percebe mais disto? -----

Ana Patrício - É! -----

Presidente da Assembleia - Meus Senhores, estou aberto a qualquer solução. -----

Carlos Gabriel - Eu acho que se deve aprovar, até para defesa do investidor. Nos tempos que correm, é importante assegurar alguns investidores que possam aparecer a investir dinheiro no nosso concelho. Estamos aqui a criar um problema burocrático, quando não há aumento de volumetria, não há aumento de áreas de construção. É errado. Um dos pontos essenciais da autarquia é facilitar a vida a um investidor, senão eles vão-se embora e qualquer dia não temos nenhuns. Sem investidores o concelho não funciona. A minha posição é de que, deve ser votado e com certeza, votarei a favor. ---

Francisco Oliveira - A intenção, quando iniciamos esta discussão não foi a de inviabilizar o projecto, foi a de abstermo-nos. Não está aqui em causa, em princípio, uma posição contra o Plano de Pormenor ou contra a questão em concreto. -----

Presidente da Assembleia - Mas se nos abstermos todos, está inviabilizado. -----  
 Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: oito (08) Fernando Cabrita, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, José Gonçalves, Fernando Gregório e Fernando

Neves. -----  
 Votos a favor: dezoito (18) Ana Vieira, Euridice Vieira, Ana Patrício, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Simões, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, João Silva, Hélder Sousa e José Cabrita. -----  
 Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

#### PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da cedência de uma parcela de terreno com 32.512 m<sup>2</sup>, na Quinta do Gamito, freguesia e município de Albufeira, propriedade de Construções Lagarça Lda., como compensação do não pagamento do valor relativo a 89% do custo de construção de uma célula no reservatório da Mosqueira, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Francisco Oliveira - Era só para fazer uma pergunta ao Sr. Presidente em exercício, se esta parcela de terreno corresponde à parcela onde está construída a escola secundária. -----

Vice-Presidente - O objecto daquele terreno foi precisamente terreno para a futura, agora actual, escola básica e secundária. Para além da escola, tem todas as vias que se estão a construir para aumentar para os trinta e dois mil quinhentos e doze, salvo o erro. Anteriormente eram menos, vinte e oito e quinhentos. Aumentou-se a área precisamente por causa da estrada que está a ser feita. -----

Presidente da Assembleia - Tanto quanto eu vi, os valores entre aquilo inicialmente estipulado e actualizados a dias de hoje e o valor da parcela, são mais ou menos idênticos. Penso que a proposta está fundamentada. -----

Fernando Neves - É só para dizer o seguinte, posso estar enganado, se estiver, corrija-me. Aquando dos negócios que se fizeram com esta firma e a Câmara, tenho a sensação que fizeram o mesmo, primeiro fizeram as edificações e depois é que fizeram a transferência do terreno. Agora, dá-me a ideia, a escola estava feita, estava feita num terreno da firma, e agora passa a ser da Câmara com esta alteração. Em vez de se fazer primeiro a parte legal, a Câmara ter legalizado o terreno, fez-se ao contrário. Mas tudo bem, a escola está lá, só deveria ter sido ao contrário. -----

Fernando Cabrita - Não é propriamente o caminho normal das coisas, mas provavelmente o Governo participou. Participou? -----

Vice-Presidente - Como sabem o Ministério da Educação obriga quase que, embora não esteja inscrito em lei nenhuma, apesar de ser este Governo o actual, o Município onde a escola vai ser construída disponibilize o terreno e execute as vias circundantes. Calhou este terreno, poderia ter sido mais dois ou três que vimos anteriormente. Encontra-se este, até na altura estava muito longe de imaginar que haveria esta situação com as Construções Lagarça desde, salvo o erro, noventa e sete, pelo que eles teriam de pagar trinta e nove por cento de uma célula do Reservatório da Mosqueira e não pagaram na altura e daí encontrar-se esta solução de troca, acrescentado ao

terreno da escola o terreno da estrada que se vai fazer. Entretanto, faço lembrar que há aí uma cópia de uma deliberação da Câmara de 31/10/2006, onde há uma proposta de cedência de uma parcela de terreno de vinte e oito mil e quinhentos metros quadrados, localizado na Quinta do Gamito, propriedade de Construções Lagarça. Na altura foi deliberado aceitar o solicitado, tendo em conta o teor da informação de 30 de Outubro e um relatório de avaliação datado de 8/10/2007 e na condição da cedência incidir sobre a área de 28.500 m<sup>2</sup>, rectificado para 32.512 m<sup>2</sup>, a afectar ao recinto escolar e infraestruturas viárias envolventes. Agora vem aqui a questão da aprovação, a minuta da escritura da cedência que depois irá ser efectuada. Porque é que isto demorou tanto tempo a vir? Não sei. Se calhar, eventualmente, já poderia ter vindo. A escola já está lá, é um facto. O Ministério da Educação construiu a escola, com uma declaração dizendo que havia esta possibilidade de construir, para além da cedência do terreno. Também a Câmara custeou metade do diferencial entre o pavilhão pequeno para o pavilhão grande, à volta dos quinhentos mil euros. É o que consigo dizer neste momento. -----

Fernando Cabrita - Portanto, a escola é do Estado. -----

Vice-Presidente - A escola é do Estado. Mas qualquer escola dessas que estamos a falar são do Estado e a Câmara tem dado o terreno e em todas. -----

Fernando Cabrita - Qualquer das maneiras, põe-se aqui um problema, provavelmente, que a escola vale mais do que o terreno. -----

Presidente da Assembleia - Claro! É uma acessão industrial imobiliária. Acho que não há problema. A questão está fundamentada também na questão dos valores. Anda ela por ela. À partida, estamos mais que justificados. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Simões, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, João Silva, Hélder Sousa, José Cabrita, Ana Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, José Gonçalves, Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

## PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do projecto de Regulamento do Cartão Sénior Municipal, nos termos da alínea a) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----  
 Votos Contra: zero (00) -----  
 Abstenções: zero (00) -----  
 Votos a favor: vinte cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Simões, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, João Silva, Hélder Sousa, José Cabrita, Ana Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, José Gonçalves, Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----  
 Ausências: uma (01) Francelina Lourenço -----  
**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

#### PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do projecto de Regulamento do Albufeira Voluntária do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----  
 Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----  
 Votos Contra: zero (00) -----  
 Abstenções: zero (00) -----  
 Votos a favor: vinte cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Simões, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, João Silva, Hélder Sousa, José Cabrita, Ana Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, José Gonçalves, Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----  
 Ausências: uma (01) Francelina Lourenço -----  
**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

#### PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, do concurso público para fornecimento de equipamento de iluminação de Natal em regime de aluguer, nos termos da alínea q) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Ricardo Silva - O PS sobre este ponto tem vindo a discutir e a alertar a Câmara Municipal pelo facto de, nos critérios de adjudicação dão um peso maior às características estéticas face aos preços. E de facto, no ano em que estamos, num ano de dificuldade, de crise, deveria mais do que nunca a Câmara Municipal ter esse factor em conta, hoje podemos ter, amanhã não. E depois o que acontece? Verificamos que existe a necessidade de recorrer a empréstimos para fazer fase a obras que são

fundamentais e necessárias para o Município. Se houvesse uma maior contenção, talvez não fosse necessário tanto financiamento como temos visto até aqui a Câmara Municipal efectuar. Isto é uma questão que terá de ficar bem focada, para que tenham isso em consideração, porque a seguir vamos votar um empréstimo de cinco milhões e vamos abordar essa questão de uma forma mais específica. -----

Fernando Neves - É só uma sugestão maluca. Eu estou farto de ouvir, há uma série de meses, especialmente na televisão, uns indivíduos a discutir o problema da crise que se passa a nível mundial. Cada um dá a sua opinião mas ninguém sugere uma solução. E eu sugeria aqui em Albufeira, este ano, que se aplicasse essa verba que a Câmara vai ter que investir na Iluminação de Natal em acção social, a auxiliar pessoas que estão com problemas. Era um ano que se abdicava da Iluminação. Eu sei que é muito complicado e que levanta muitas outras questões, mas atendendo à situação que se vive no país. O que é a Iluminação de Natal? São lâmpadas acesas uma série de horas durante a noite, a consumir. Atendendo ao que se vive no país e no mundo, era uma acção de protesto que se fazia este ano. Toda a gente sabe que há dificuldades, toda a gente tem dificuldades. Isto é uma opinião minha. -----

Adriano Ferrão - Eu continuo a defender aqui o que já tenho defendido noutros anos e que é opinião oposta às intervenções já aqui referenciadas. Albufeira é um destino turístico por excelência. Albufeira é a terra de fantasia de quem cá vem como turista. Nós não podemos estar só a olhar para Albufeira como munícipes. Mas sim como autarcas, olhando com abrangência toda a actividade económica que aqui se desenrola. Nós temos que pensar que, quem vem a Albufeira, pode ou juntou algum "dinheirito", alguns a custo, e escolhe Albufeira como destino turístico para vir passar as férias que os moços têm da escola. O fim do ano em Albufeira granjeou nome a nível nacional e internacional, e as pessoas vêm para uma terra de luz, para uma terra onde podem fantasiar, onde vêm na certeza de se emocionarem com coisas que lhes agradam e por isso se justifica gastarem aqui o seu dinheiro e saírem gratificadas. Ora, escolher Albufeira e terem uma terra que não responde a estas expectativas, pode implicar que nos anos vindouros já Albufeira não seja esse destino escolhido por essas pessoas. Por isso, eu acho muito redutor, nós olharmos para Albufeira e fazermos de Albufeira uma referência social contra a crise e diminuirmos a capacidade de Albufeira ser a terra e o destino de fantasia de quem nos visita escolhendo depois destinos que são rivais do nosso. Isso levanta, com certeza, outros problemas e também os próprios empresários poderão ter uma palavra sobre este assunto. Poderão até participar neste esforço com a autarquia. Seria uma sugestão a fazer. De qualquer maneira, os critérios de adjudicação já foram revistos tanto quanto ao peso das características estéticas como ao do preço mais baixo que se equivalem, o que já foi discutido aqui no ano passado e há dois anos, e penso que agora estão equilibradas. -----

Ricardo Silva - queria deixar bem claro que o PS não está contra a Iluminação de Natal, muito pelo contrário, concordamos e achamos por bem. Estamos sim, contra aos critérios de adjudicação. Achamos que a Câmara Municipal ao criar o Caderno de Encargos deveria ter tido em conta que, de facto, mais do que nunca, não só nos outros anos, mas este ano principalmente, devido à dificuldade económica, deveria dar maior importância aos preços mais baixos, ao invés de dar às características estéticas que

são muito relativas, há pessoas que gostam, outras não gostam. Um mais barato pode servir a muita gente, um mais caro pode não servir a tanta gente. É essa a posição que fica, e que fique bem claro que nós não estamos contra a Iluminação de Natal. -----

Francisco Oliveira - Quando ouvi o membro desta Assembleia, Prof. Adriano Ferrão, falar da terra da fantasia, faz-me lembrar um pouco o Neverland de Michel Jackson. É lógico que, ninguém aqui tem uma atitude de, completamente redutora de dizer "vamos acabar" apesar da proposta do Sr. Neves no sentido de ser uma acção solidária, de deixar de existir a Iluminação de Natal. Não é essa a nossa intenção, pelo menos não foi essa a intenção que deixamos aqui clara. A intenção era que, se pudesse reduzir e se pudesse ter em consideração os valores que já o ano passado foram considerados, que o preço fosse negociado em outras condições, permitisse uma poupança, com certeza não será esta poupança que irá levar com que o município tivesse mais ou menos dificuldade, mas fazendo a ligação deste ponto sete com o ponto que vem a seguir, relativamente à contracção de um empréstimo no valor de cinco milhões de euros, se pudesse reduzir determinado tipo de custos, é bem possível que se viesse a contrair menos empréstimos para obras necessárias. -----

Fernando Cabrita - Não estamos a defender o apagão. Não se pode ir buscar aquele argumento que, de facto, é importante para o comércio que aquelas zonas sejam frequentadas, etc.. Há também a versão das outras urbes que, Loulé também cada vez tem mais Iluminação, Portimão, os directos concorrentes, com pretensões de alcançar uma proeminência de destronar a tradicional capital do turismo. Devia haver alguma preocupação nas restrições. Não estou de maneira nenhuma de acordo que se elimine a Iluminação mas, de facto, devia haver algumas restrições. -----

Euridice Vieira - Um bocado na linha dos meus colegas. É necessário a Iluminação de Natal. Dado o ambiente seria um choque para Albufeira não ter iluminações de Natal, apesar de concordar de alguma maneira com a sugestão mas, percebo a necessidade da existência das iluminações de Natal. A Iluminação de Natal, é estranho, alguns municípios dos concelhos limites, às vezes parece-me uma feira de vaidades, quem é que tem mais luzes. A maior parte das vezes, menos é mais, ou seja, se calhar com metade das que estão aqui propostas, a visibilidade era melhor. Via-se melhor algumas das iluminações que fizeram nos anos anteriores, tinham alguma qualidade, mas muitas vezes a iluminação era tão intensa que não se via bem o que é que estava. Até por experiência própria, tenho visitado muitas zonas com muito turismo nesta altura do Natal, nomeadamente no estrangeiro, em Paris, e não têm este tipo de iluminação. Tem uma iluminação muito mais sóbria, com muito mais qualidade do que esta aqui, e outras.

Fernando Neves - Continua a me fazer confusão, só se fala em crise a nível mundial e continua-se a esbanjar dinheiro. Somos todos ricos? Quando eu sugeri que não se deveria fazer a Iluminação de Natal, não implica a festa de Natal, que é uma festa familiar, não vêm aqui muitos visitantes. A passagem do ano já é diferente, a história é outra. As pessoas no Natal ficam em casa, mais isoladas, não vão andar nas ruas a ver se a luz está acesa ou apagada. É um investimento muito grande que podia resultar numa acção de ajuda a pessoas que precisam. Se não houvesse este ano Iluminação de Natal, haveria outros, não se perdia nada. Todos os dias ouço na televisão pessoas a

falar da crise, mas ainda não ouvi ninguém a dizer como é que se soluciona a crise. A Iluminação é paga por todos, ou não é? -----

Paulo Freitas - As preocupações de todos os Membros aqui expressadas também têm algum acolhimento da nossa parte. Mas eu gostaria de ver os demais Membros a justificar a não iluminação das zonas comerciais junto dos comerciantes. Estamos sempre preocupados com os comerciantes, estamos sempre preocupados com as áreas comerciais, gostaria de saber o quem é que iria justificar os comerciantes da 25 de Abril, da 5 de Outubro, junto da meia laranja, da Sá Carneiro, nos Olhos d'Água, em Paderne, na Guia, nas Ferreiras, quem é que iria justificar essa redução sem que haja um centro minimamente festivo nesta altura do ano. Entendemos, porque nos mapas que aqui vêm não se vê nada exagerado em termos de iluminação. Mas melhor do que nós para aferir desta questão, os Presidentes das Juntas que poderão opinar relativamente a isso, saber se nas suas freguesias gostariam de ver os motivos de iluminação reduzidos, para saber se efectivamente vai de acordo com os interesses da população de cada uma das freguesias, bem como ter esta posição, acérrima posição, junto dos comerciantes da baixa de Albufeira, da Av. Sá Carneiro, para saber se estes se importariam de ver reduzidos os motivos da Iluminação. Isto é, efectivamente, uma questão que deveria ser defendida com esta mesma vontade. Gostava que alguém tivesse a coragem de o fazer publicamente. Não aqui entre paredes, mas lá fora, quando saem em defesa dos comerciantes da baixa de Albufeira, saíssem em defesa da redução dos motivos da Iluminação desta época festiva. Obviamente que há duas coisas que não se fazem, não se consegue ter as coisas sem se gastar dinheiro. É impossível! Temos visto pelos orçamentos dos anos anteriores, que as iluminações dos anos anteriores têm funcionado, têm trazido gente a Albufeira, têm sido um cartaz de visita ao concelho de Albufeira, têm sido um cartaz de visita aos comerciantes de Albufeira ao trazer pessoas e turistas, nós precisamos motivos de atracção e sabemos que hoje, sendo a feira de vaidades, é um pólo identificador dos demais concelhos. Não é uma guerra de vaidades, mas é sim um elemento de atracção de turistas ao concelho de Albufeira; e tanto o é que, toda a gente se lembra há uns anos, o critério de qualificador de maior valia foi a questão monetária e obviamente ganhou a proposta de menor custo e a iluminação foi pobre. Queremos uma iluminação coerente, com uma relação equitativa de preço/qualidade e a Câmara Municipal nestes últimos anos tem conseguido fazer e, tem conseguido retirar benefícios, não directamente mas, obviamente, para os comerciantes. É isso que se pretende que se continue a fazer, é isso que se pretende com esta proposta, é isso que certamente irá acontecer este ano, com esta iluminação, com este processo e com uma festa de Natal que se quer bem. As pessoas que cá vêm, vêm para ver alegria e para ver luz. É isso que se propõe, é isso que se quer e é isso que deve ser aprovado nesta proposta do executivo. -----

Ricardo Silva - Mais uma vez esclareço, o PS não é contra as luzes de Natal. De facto, convém esclarecer algumas indirectas. Acontece que, se a Câmara Municipal tivesse tido alguma contenção sobre este custo, naturalmente que poderiam ajudar os comerciantes com iniciativas, etc., etc.. Esse discurso para mim não serve, porque é uma falsa questão. Naturalmente, temos que apoiar, com intervenção na Iluminação de Natal mas devemos dar, aqui já foi dito, um sinal para fora, no sentido de existir uma

contenção com os gastos, porque o que vamos ver a seguir é um empréstimo de cinco milhões e há tempo atrás foi de dezoito milhões. Ou seja, é obrigação da Câmara também, dar aqui uma indicação de preocupação com os gastos para que as pessoas percebam que, havendo uma poupança maior, provavelmente haverá uma receita maior para se gastar em questões que poderão ser fundamentais. Se existir alguma contenção nalguns gastos, não de primeira necessidade, digamos assim, poderá essa pequena poupança servir para apoiar pequenas e médias empresas, para apoiar pequenos e médios investimentos que façam falta a famílias, etc.,etc.. por isso, o discurso que foi tido há pouco pela bancada do PSD, a nós não serve, porque não é isso que nós estamos a falar. -----

Fernando Cabrita - Há anos e há anos. Eu lembro-me de Lisboa que era só a baixa que se iluminava. A certa altura passou a iluminar a Duque de Loulé e a António Aguiar. Anos de maior abundância, naturalmente. A questão é esta: lembro-me que na última, estava em causa a iluminação da Rotunda da Esfera Anilar, da Praça de Touros até à Quinta da Balaia, também estava no programa, podia ter passado, mas acabou por ser excluída. Portanto, há sempre uma certa selectividade e há também uma certa parcimónia, e neste ano justifica. Como eu disse há pouco, ninguém quer um apagão. E não são tantos os comerciantes à noite e, por outro lado, não são eles os juizes em definitivo, embora tenhamos de agradar a gregos e a troianos, percebo. À que haver uma certa parcimónia. Se não houver uma parcimónia numa crise que ainda há tempos foi dito pela Senhora Presidente do PSD que não ouve outra nos últimos oitenta anos, acho que era importante. -----

Francisco Oliveira - Era só para pedir ao Sr. Deputado Paulo Freitas que depois me facultasse o estudo económico do impacto do júri nas provas, dos comerciantes na baixa de Albufeira, porque, efectivamente, por forma como foi tão vilmente no sentido de dizer que realmente a iluminação vai beneficiar os comerciantes, deve haver com certeza, algum estudo económico, ou alguma informação, algo que permita que se tirem essas relações. -----

Adriano Ferrão - Não há, se calhar um estudo do impacto económico da Iluminação na actividade comercial mas, há dados que podem ser pautados, que é o caso do preenchimento dos hotéis. Isso mostra que Albufeira continua a ser na época natalícia um destino turístico de excelência, no Algarve. Se as luzes são um factor de atractibilidade desses turistas? Estou em crer que sim. Depois, os comerciantes, quer os nocturnos, quer os diurnos, ganham com certeza com uma maior população de turistas no concelho, pois eles ao virem para Albufeira, com certeza que irão deixar verbas em todos os negócios, quer de dia, quer de noite, e por isso esses comerciantes têm com que pagar aos seus empregados e alguns deles até colocam mais empregados nessa altura que ganham maiores salários e assim podem gerir melhor as suas próprias vidas na sazonalidade inerente ao turismo algarvio. As escolhas contrastantes que foram aqui abordadas como, criar uma cidade com menos luzes e menos quantidade mas melhor qualidade. Qualidade é um critério estético e já está no critério de adjudicação com cinquenta por cento. Por isso eu não compreendo como é que se luta contra isto e depois se defende esta qualidade, da parte do PS. Depois, escolheu-se uma referência, Paris como cidade luz. Quer Paris, quer outra cidade luz que é Las Vegas, quase que

duplicam a promoção em vários níveis, inclusivamente a das luzes, para o ano que vem. E por isso, combate-se precisamente a crise com um maior investimento promocional e, é nesse sentido o investimento que a Câmara está a fazer. Há que semear para colher. Há que investir naquilo que são factores de atractibilidade para trazer cá os turistas e para que eles permaneçam cá nessa quadra natalícia, que não é só o Fim-de-Ano como o Sr. Neves aqui referiu, mas também é o Natal. -----

Vice-Presidente - É só para deixar aqui duas notas, uma vez que tem sido uma discussão muito iluminada. No entanto, queria fazer lembrar ao Ricardo, essencialmente ele, ao colocar o critério do preço com mais peso, correríamos o risco de ter uma Iluminação que não congratulava nada a favor de Albufeira. Pode ter a certeza! Nós aqui, nestes casos, ou temos que fazer, ou não fazemos. Fazer qualquer coisa desse tipo é preferível não fazer. Daí que, em termos de percentagens está correcto, cinquenta por cento para características estéticas, vinte e cinco por cento para o preço, vinte e cinco por cento para as características técnicas. Relativamente aquilo que o Sr. Neves disse, é a opinião dele, outras opiniões haverão, com certeza, iguais, no entanto não podemos esquecer que, independentemente desta atitude que nós temos, não estamos a falar apenas da época de Natal, ultrapassa o fim do ano, a iluminação normalmente termina a seis de Janeiro, Dia dos Reis, é toda a quadra festiva entre, antes do Natal e o fim do Ano. Se teve com atenção aos dois pontos anteriores, foram aprovados dois regulamentos de carácter social, tem com certeza acompanhado o apoio que a Câmara tem dado às IPSSs do concelho, tem com certeza acompanhado o apoio que a Câmara tem dado a todos os alunos que estão identificados como sendo possuidores de alguma carência, seja ela alimentar e também para a compra dos manuais escolares, tem com certeza acompanhado as bolsas de estudo que temos cedido a todos os alunos do ensino superior deste concelho. Portanto, há um conjunto de acções sociais que temos feito. Uma coisa não invalidará a outra, até porque, se nós repararmos, e o Ricardo contrastou muita vez com o ponto seguinte, a questão do empréstimo, que o problema é contrair o empréstimo, mas nós entendemos que é precisamente ao contrário, haverão muitos poucos municípios deste país que estarão em condições de um empréstimo, qualquer que seja. Basta ver o nível de endividamento que nós temos, está escrito num quadro mais à frente. O facto de contrair um empréstimo ou não, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Não são estes trezentos e noventa mil euros, que estão aqui, que iriam fazer com que esse empréstimo não fosse contraído. -----

Presidente da Assembleia - Eu apenas realçaria uma questão em relação aos critérios, que ninguém realçou, que é o seguinte: em relação a uma aferição de preço/qualidade, tendo a característica estética mais alta, fica com mais liberdade de decisão, porque o parâmetro concede sempre mais liberdade a quem estará a julgar. Eu penso que, quem é que tem de ter aqui grande cautela e qualidade, é o próprio júri que vai deferir o concurso, porque comprar mais barato uma coisa de pior ou inferior qualidade em relação a outra, não será seguramente a melhor solução. Nesse sentido, acho que está salvaguardada a opção, pelo júri, de poder optar pela melhor solução, quer no ponto de vista económico, quer no ponto de vista da qualidade, mas isso, o júri é que terá essa

função. Estamos aqui a deliberar a autorização para 2009 e 2010 do concurso público no valor conjunto de trezentos e noventa mil euros mais IVA. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: oito (08) Ana Vieira, Euridice Vieira, Ana Patrício, Fernando Cabrita, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Ricardo Silva e Fernando Neves. -----

Votos a favor: dezoito (18) Francisco Guerreiro, José Gonçalves, Fernando Gregório, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Simões, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, João Silva, Hélder Sousa e José Cabrita. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por maioria** -----

### PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Pedido de Empréstimo para investimento, até ao montante de € 5.000.000,00, nos termos da alínea b) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Ricardo Silva - Sobre esta situação temos a dizer o seguinte: nós não estamos contra as obras, achamos que elas são importantes e que fazem falta. Não estamos de acordo com o líder da CDU que diz que não deveria haver obra pelo facto de existir um momento de crise e isso iria colocar o país em situação de crise. Mas, de facto, achamos que cinco milhões de euros, independentemente do período em que estamos, muito perto das eleições, compromete de certa maneira, o futuro. E tendo em conta a capacidade de endividamento da Câmara Municipal, com estes cinco milhões de euros, ficará numa situação, julgo, delicada, não estamos em crer que de facto tendo em conta o momento, não é a melhor opção, porque há bem pouco tempo atrás foi aprovado aqui um empréstimo de dezoito milhões. Concordamos com as obras, fazem falta, mas deveria a Câmara Municipal controlar um pouco a contenção por forma a ter capitais próprios para fazer certas obras. -----

Presidente da Assembleia - Já agora, recomendo ao Sr. Ricardo para ler o mapa de endividamento para verificar qual é o nível de endividamento da Câmara. -----

Ricardo Silva - Já li. -----

Presidente da Assembleia - Já leu? Disse que estava praticamente esgotado. Não está. É só isso. -----

Francisco Calhau - Fiquei um bocado preocupado com a afirmação do digníssimo deputado e se não tivéssemos aqui dados que nos permitem qual é a capacidade de endividamento do município, ficava em pânico. Este empréstimo, na sua opinião, põe em risco o futuro da Câmara e o concelho de Albufeira. Eu acho que estamos a fazer demagogia com coisas um bocado sérias, e que, em certa medida, são fáceis de defender, são bandeiras, são argumentos apetecíveis na altura em que vivemos, mas de concreto, tal como o contrato par a Iluminação de Natal. É evidente que o que estamos

a falar não põe em risco o concelho de Albufeira nem a capacidade de endividamento. Não põe nada em risco, nem sequer põe em risco as políticas de que esta Câmara possa ter para fazer face aos problemas que possam advir da crise económica que aí vem. Portanto, não está nada em risco. E como não está, na realidade, não há nenhuma razão nem fundamento para que o executivo ou nós próprios aqui na Assembleia, dar cobertura a um conjunto de afirmações que os digníssimos Membros dessa bancada tiveram, para criarmos uma política de depressão colectiva neste concelho. Ao fim e ao cabo, é isso que pretendem fazer. Não se põe Iluminação de Natal. Não podemos contrair empréstimos, independentemente dos rácios estarem todos normalizados e se ver que Albufeira tem claramente capacidade, não fica nada em risco, não está nada em risco, basta olhar para os números. O que se pretende é criar um clima de depressão colectiva. É evidente que, com isso, nós não estamos de acordo, nem nunca apoiaremos essa visão catastrofista do concelho de Albufeira. -----

Fernando Neves - Sobre o pedido de empréstimo, está aqui especificado para que este pedido é feito: é para instalações municipais de Vale Pedras; é para a requalificação da Rua 5 de Outubro que já está quase pronta; é para a Tavagueira, sistema de drenagem e é para os Olhos d'Água. Está tudo identificado. Estas obras que aqui estão, no nosso ponto de vista, são benefícios para a população de Albufeira. Não vou falar aqui do empréstimo que já passou, agora estamos a discutir este. Alertava para o facto de, nos termos do n.º8 do art.38º da Lei n.º2/2007 de 1 de Janeiro, diz que, se o empréstimo se manter por dois ou mais mandatos tem de ser aprovado por maioria absoluta. -----

Ricardo Silva - Queria colocar a seguinte questão, só para tentar esclarecer algumas situações aqui ditas: qual é a estimativa de arrecadação de receita nos próximos anos da Câmara Municipal, será acima ou abaixo daquilo que se tem sido? -----

Fernando Cabrita - É uma visão keynesiana local, eu acho. Mesmo aqui, com certeza, a situação do município ninguém tem por claudicante que falar do que ficar calado. O empréstimo parece ter sido bem negociado, o spread mais baixo que conseguiram, de todos. Neste caso o que interessa é o critério do mais barato, não há dúvida. Penso que não vale a pena defendermos mais o ponto. -----

Paulo Freitas - Nós aqui na Assembleia Municipal, temos consciência deste rigoroso ajuste de contas por parte da Câmara Municipal e isso é reconhecido por toda a Assembleia. Daí que, os empréstimos que têm vindo a esta Assembleia têm passado com uma opinião mais ou menos discordante, mas, efectivamente, têm passado. Até porque temos a noção que a Câmara negociou bem estes empréstimos, vêm com boas condições, esteticamente vêm bem apresentados, mas a verdade é que estes cinco milhões estão efectivamente destinados a estas quatro obras mencionadas. Não se trata de um empréstimo por pura operação financeira, trata-se de uma operação financeira destinada a estes quatro objectivos. Sem mais considerações relativamente a isto, deve ser continuado o trabalho de aposta nas pessoas e nos equipamentos que vêm beneficiar o concelho, que os munícipes nos pedem. -----

Vice-Presidente - Só para responder ao Ricardo Silva sobre a estimativa nos próximos anos. Não sou futurologista, nem uns tantos economistas conseguem prever aquilo que vai ser o ano de 2010 em termos financeiros. Todos os empréstimos que são contraídos aqui, e faço lembrar que o empréstimo dos dezoito milhões ainda não está todo activo,

porque o dinheiro só vai sendo utilizado de acordo com os autos de medição das empreitadas a que eles dizem respeito. É preciso não esquecer que o Algarve em termos de crédito, ficou completamente de rastos, o máximo que nós vamos receber já está atribuído e é apenas para a Educação, para as escolas, um milhão e quinhentos mil euros, até 2013 e não há mais nada. A partir de 2013 acabou de todo! Se não for estes recursos financeiros, estar a pensar que é só com capitais próprios, os capitais próprios é que vão cobrir os empréstimos, obviamente, o empréstimo tem de ser pago, as obras têm de ser feitas, se nós não quiséssemos fazer obras, com certeza que não necessitaríamos de empréstimos. Há uma coisa que aqui é certa, é que desde há sete anos e meio quase oito, não há empreitada nenhuma aqui adjudicada sem que esteja devidamente cabimentada, coisa que não acontecia antes. Vir aqui com determinado tipo de frases feitas ou determinado tipo de situações que não podem ser reais, são apenas puras especulações e política, eu acho que não é sério dessa parte. Mal de nós se pudéssemos acabar com a contracção de empréstimos. Imaginemos uma Câmara, Câmara de Aveiro por exemplo, poder contrair um empréstimo. Não pode. A Câmara de Lisboa pode contrair um empréstimo? Não pode, tem de se cingir àquelas migalhas que o Governo entendeu dar-lhe. Nós não estamos nessa situação, felizmente. Felizmente que ainda podemos contrair empréstimos. Com certeza que não é intenção e eu também sugeria ao Sr. Ricardo que lê-se o quadro do endividamento municipal, porque não é nossa intenção esgotar o endividamento, obviamente que não, se não aí é que iríamos por em risco. Tem de ser um risco calculado, obviamente. O empréstimo é um risco calculado. A gestão municipal, com noventa e quatro milhões de euros, em termos proporcionais, salvo as devidas proporções, é igual à gestão familiar. -----

Presidente da Assembleia - Pelo que vejo aqui, isto tem de ser aprovado com maioria absoluta dos Membros da Assembleia Municipal em desempenho de funções. -----

Ricardo Silva - De facto, eu sei ler e sei ver o rácio e contar o rácio. A questão que coloquei e a questão que aqui fala, trata-se de uma questão de receita que se destina ao futuro, daí a minha preocupação. É uma questão séria, não é uma questão de política. E toda a gente sabe que, provavelmente, a receita vai baixar nos próximos anos. Daí que há pouco não compreendi, se calhar é uma pessoa que não está bem a par da situação, de ter feito aquela crítica, o Sr. Presidente da Assembleia, talvez não tenha sido claro para tentar dar a entender aquilo que queria dar a entender. A questão é uma questão de receita, ou seja, é preciso tê-la em conta e estima-la para ter em contenção os anos seguintes, e daí a minha preocupação. -----

Presidente da Assembleia - Eu reagi quando o Senhor disse que, a capacidade de endividamento estava praticamente esgotada. Eu só reagi a isso. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Francisco Oliveira, Euridice Vieira e Ricardo Silva. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Simões, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, João Silva, Hélder Sousa,

José Cabrita, Ana Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Fernando Gregório, José Gonçalves, Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por maioria** -----

### PONTO NONO

Apreciação e deliberação, sob o pedido de suspensão de mandato do Membro da Assembleia Pedro Manuel Trovão Ferro, pelo período de três meses. -----

Presidente da Assembleia - O Sr. Pedro Ferro comunicou-me pessoalmente que estava ausente por razões profissionais em Angola, portanto não vejo qualquer motivo para que não votemos favoravelmente este pedido de suspensão. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Simões, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, João Silva, Hélder Sousa, José Cabrita, Ana Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Fernando Gregório, José Gonçalves, Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----

Ausências: uma (01) Ricardo Silva -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:00 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 01 de Julho de 2009 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_